

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

# Memorial de Atividades Acadêmicas

Para Análise da Comissão Avaliadora

Pedido de Promoção à Classe E - Professor Titular de Carreira

[Processo 23080.051463/2018-20]

Elaborado de acordo com a Resolução 114/CUN/2017 e a Portaria MEC 982/2013

Márnio Teixeira-Pinto

[Siape 342952]

Outubro de 2018

[Versão Revisada]

*A velha noção antropomórfica de que a vida de todo o universo se centraliza no homem — de que a existência humana é a suprema expressão do processo cósmico — parece galopar alegremente para o balaio das ilusões perdidas. O fato é que a vida do homem (...) parece cada vez mais vazia de significado. O que, no passado, deu a impressão de ser a principal preocupação e obra-prima dos deuses, a espécie humana começa agora a apresentar o aspecto de um subproduto acidental das maquinações vastas, inescrutáveis e provavelmente sem sentido desses mesmos deuses. H. L. Mencken. “A vida do homem” in O Livro dos Insultos. São Paulo: Companhia da Letras, 1988*

*À memória de Marisa Teixeira Pinto (FZ),  
pela iniciação aos livros, às letras  
e à curiosidade sobre o mundo.*

# Sumário

Prólogo .....	5
Formação: uma introdução à carreira .....	7
1. Primeiras escolhas, primeiras renúncias .....	8
2. A graduação, enfim .....	13
3. A pós-graduação, formação e pesquisa .....	22
I - Ensino .....	29
I-1. UFPR .....	30
I-2. UFSC.....	33
I-3. Orientação: Trajetória e Estilo.....	38
II - Produção Bibliográfica .....	41
II-1. Textos etnográficos .....	41
II-2. Textos história ou teoria antropológica .....	43
II-3. Textos exploratórios.....	44
II-4. Miscelânea.....	45
II-5. Em fase de submissão ou prelo.....	46
III - Extensão e atuação política .....	47
III-1. O envolvimento no processo Área Indígena Cachoeira Seca.....	48
III-2. Colaboração com o Painel de Especialistas sobre a UHE Belo Monte.....	52
III-3. A participação no Com. Espec. Ensino Ciências Sociais - SESu/MEC .....	52
III-4 . Outras consultorias, pareceres, comissões .....	53
III-5 . Eventos .....	53
III-6. Participação em bancas de concursos, de mestrado ou de doutorado .....	54
IV - Administração e gestão universitária .....	62
V - Homenagens, prêmios e honrarias.....	63
VI - O que ainda não fiz (pontuado por aquilo que não quero fazer) .....	64
Referências Citadas .....	69

## Prólogo

Um Memorial, como uma descrição *a posteriori* de uma trajetória individual pontuada por feitos mais ou menos louváveis, é um objeto da ordem das recordações e lembranças. Seja pura cronologia, a sublinhar os tempos fortes e os momentos melhores das histórias vividas, seja corografia a marcar os relevos e as paisagens nos trajetos percorridos, um Memorial é uma peça seletiva de reminiscências e de vaidades. Sob qualquer perspectiva, trata-se de restaurar, para certos efeitos, aquilo que se passou e que se quer permanente no registro da escrita. Por isso, um Memorial tende a assumir tons narrativos sugerindo notas heroicas, numa jornada aparentemente contínua de realizações e façanhas que dariam à personagem central um estatuto épico, mesmo que clandestino. Se nossa vida acadêmica no Brasil tem de fato algo heroico — talvez mais na resistência política, do que nos empreendimentos institucionais — nada é, de fato, mais distante de nosso cotidiano do que o apelo ao lendário e ao extraordinário que, por força do gênero, acompanham as narrativas heroicas e as epopeias. Aquém do heroico, escapando à epopeia, um memorial das atividades acadêmicas realizadas ao longo de décadas é um exercício de recordação seletiva. Por isso, peço a licença para começar este Memorial oferecendo um tributo à amnésia. Amnésia e esquecimento — uma como perda total ou parcial da memória, ou incapacidade ou dificuldade de recordar, o outro como o perder de vez a lembrança ou o ser inteiramente incapaz de repassar — são estados que devemos aprender a cultivar para não nos deixar tomar pelos imensos dissabores da vida acadêmica, as frustrações sentidas, as decepções sofridas, as traições perpetradas por aqueles com quem partilhamos algum percurso, e a quem confiávamos a guarda conjunta de projetos e horizontes de realização planejada. Eis então aqui um Memorial que leva consigo também um pequeno tributo à necessária amnésia acadêmica!

Esquecer, porém, anotam também os neurologistas (ver, p. ex., Sacks, 2013) é condição básica para que nossos pensamentos se constituam em algum tipo de saber efetivo sobre as coisas, os fatos, a história, sobre o mundo, enfim. Excesso de lembranças, exagero de memória são modalidades de um não-saber estonteante, formas puras das ilusões quantitativas produzidas pela vertigem das enumerações sem fim, e das fantasias das listas de propriedades sobre alguma suposta realidade de sentido que venha na simples abundância do que é aparente. No primoroso conto *Funes, o memorioso*. J. L. Borges nos põe diante de um

personagem que, em recordando tudo e cada minúcia do que via, lia, escutava, aprendia, em podendo restituir tudo sobre cada detalhe do que viveu, “não era [entretanto] muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, é abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos” (Borges, 2001: 128).

De todo modo, um Memorial é um documento descritivo. Na Antropologia sabemos que toda descrição é incompleta e, num certo sentido, parcial. Não pode jamais ser inverídica, ainda que não possa pretender à absoluta completude: não dizer tudo não significa jamais falsear qualquer aspecto do real, pois ele mesmo, o real, não traz em si nem a urgência de totalidade, nem a obrigação da imparcialidade. O intervalo que separa o ‘não dizer toda verdade’ e o ‘mentir’ é um velho dilema, conhecido desde a Grécia Clássica, e cuja relevância para a Antropologia já foi bem explorada (ver, por exemplo, Crapanzano, 1986). Parcial, incompleta, e também produto de esquecimentos ou impossibilidades de lembrar, uma descrição não é mais do que uma representação, verdadeira enquanto tal e na medida mesma de não pretender ser o simples rebatimento do real sobre a linguagem que o descreve, mas apenas um modelo que se oferece à análise.

Nenhuma dessas considerações, contudo, é estranha a certa epistemologia que, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente marcou parcela importante das descontinuidades introduzidas pelo “novo espírito científico”, as novas formas de saber das ciências no alvorecer do século passado — a teoria da relatividade, as geometrias não-euclidianas, a química não-lavoisieriana, a mecânica ondulatória, todas cobraram da filosofia e da epistemologia abordagens não substancialistas, marcadas por um novo tipo de racionalismo não empirista. Num de seus mais argutos ensaios, *O Mundo como capricho e miniatura*, Bachelard, talvez o filósofo mais engajado nesta reforma da Razão na primeira metade do séc. XX, com sua extrema sensibilidade, ilustra o papel ativo da imaginação sobre trabalho de representação:

“(...) quando eu tiver de ordenar os valores objetivos, precisarei de novo afastar os objetos, reintegrá-los em seu ambiente primitivo, compô-los cada vez mais por uma diminuição sistemática da escala de representação. É como miniatura que o Mundo pode continuar composto sem cair em pedaços. (...) O germe da representação, antes de se tornar um ponto preciso, antes de se aproximar do ponto real, foi um ponto imaginário situado no centro de um devaneio ou de uma lembrança. As coisas aparecem primeiro onde as procuramos, e só

lentamente as colocamos onde elas estão. (...) o que prova que a imagem como conjunto é uma construção do espírito e que a imaginação supre facilmente as insuficiências da percepção. (...) Se nos permitirem nossa visão tranquila e sonhadora, traçaremos lenta e interminavelmente toda nossa vida sensível sobre a tela de fundo de uma miniatura tolerante.” (Bachelard, 2008b: passim)

É, então, nesta miniatura de mundo que nossas lembranças habitam e preenchem, que selecionamos, juntamos, ordenamos os traços da vida e das construções do espírito à busca de uma representação.

Não se espere, portanto, mais deste Memorial, fincado entre a alegoria desconcertante de J. L. Borges sobre a necessidade de se olvidar e a epistemologia vertiginosa de G. Bachelard sobre o direito de imaginar: nele está tudo aquilo que sobrou dos esquecimentos, do que escapou da amnésia, do que posso abstrair da vida de modo fragmentário e parcial e que, já sendo incompleto, será também uma miniatura imaginária da minha percepção sobre o que talvez tenham sido os pontos reais da história acadêmica vivida até aqui.

## Formação: uma introdução à carreira

As normas que regem a promoção pleiteada pedem que se comece o Memorial pelas atividades de ensino. Não posso, porém, dissociar o que ensinei ao longo dos anos e o que ainda tenho imenso prazer em ensinar da formação que, nos lugares de excelência por onde tive a sorte de passar, me deram os professores — os melhores que qualquer estudante que entrasse na área das Ciências Sociais poderia pretender ter. Não estou, contudo, na lista daqueles alunos que entraram nas Ciências Sociais por qualquer tipo de vocação ou o desejo, mesmo que difuso, de “entender a sociedade”, “mudar a sociedade” pela “ação política”, ou fazer qualquer coisa em relação à “sociedade” ou à “política” — que era o que movia boa parte dos melhores alunos que tive como colegas nas Ciências Sociais. Na ausência de qualquer desejo prévio ou vocação nutrida por qualquer experiência pessoal que me levasse às Ciências Sociais, devo, por isso mesmo, à competência e à dedicação dos meus professores as sucessivas “conversões” de que fui sendo vítima e sujeito ao longo do tempo e que me levaram à Antropologia.

## 1. Primeiras escolhas, primeiras renúncias

Minha primeira opção de curso universitário estava de saída destinada a ser transitória, uma passagem temporária para um segundo momento no qual eu pensava ganhar, de fato, alguma formação profissional. Decidido a seguir a Carreira de Diplomata, após experiência no exterior com minha família de origem, e num momento em que o Curso de Formação do Instituto Rio Branco recebia universitários após o segundo ano ou tendo completado a metade dos créditos devidos em *qualquer curso* superior reconhecido, eu havia sido aconselhado por diplomatas amigos a procurar esta formação geral inicial nas áreas de direito e economia — estávamos no final dos anos de 1970 (1979 para ser exato), e a diplomacia brasileira batia-se internamente entre sua tradição de ênfase nas mediações jurídicas nos Organismos Internacionais e nas arquiteturas políticas com vizinhos e outros aliados, no que sempre foi muito eficiente e reconhecida, e uma diplomacia de mais “resultados”, fomentadora das trocas comerciais e das transações de nossas indústrias além fronteiras, num papel ativo em prol de proveitos econômicos para um país que já patinava no modelo de desenvolvimento via financiamento externo e precisava garantir ganhos crescentes em moeda estrangeira para ajustar seus balanços de pagamentos deficitários.

Eu voltava para o Brasil em meados daquele ano de 1979, chegando ao Rio de Janeiro faltando uns poucos meses para o encerramento das inscrições para o Vestibular. Na época, era um Vestibular Unificado e reunia, sob uma seleção feita pelo que hoje é a Fundação Cesgranrio, um sem-número de cursos e de Instituições de Ensino Superior, as Públicas inclusive. Optei, não sem alguma hesitação, pelo curso de Economia, que se tornaria uma preferência nacional nos anos de 1980. O Vestibular era uma operação logística ainda mais complicada do que é hoje em dia: centenas de escolas aplicando uma mesma prova a milhares e milhares de candidatos a um número muito restrito de vagas no Ensino Superior. A cidade toda parecia viver o Vestibular e com alguma tensão: horários de provas, condições de trânsito, dicas nos jornais, e dramas pessoais expostos na mídia eram um assunto onipresente de todo fim de ano. As provas eram realizadas em 4 dias seguidos, 100 questões objetivas de múltipla escolha, e os candidatos deviam marcar seus cartões-resposta (eram propriamente cartões, com os da antiga loteria esportiva) de modo que pudessem ser diretamente processados pelos computadores de então, cada questão com uma só opção de

resposta totalmente preenchida com lápis de grafite 6B, cujas marcas eram virtualmente inapagáveis em caso de erro, mas por isso mesmo as únicas legíveis pela tecnologia ótica disponível. Uma experiência iniciática marcante, da qual ninguém saía ileso... Mas tudo isto era, de fato, um avanço, considerando que estávamos em período de crescente demanda pelo Ensino Superior mas com um baixíssimo nível de investimento público na expansão do sistema: Os vestibulares unificados permitiam a disputa imediata por todas as vagas do sistema universitário, público e privado.

Desde o final dos anos 60, e por uma estratégia retórica controvertida do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, que expressava bem as ambiguidades dos Governos Militares em relação ao Ensino Superior no geral e às Universidades Públicas em particular, os vestibulares haviam deixado de ter caráter eliminatório. Era, pelo que lembro, um sistema de classificação complexo, que considerava os pontos obtidos em provas e os cotejava comparativamente aos demais candidatos com as mesmas opções de Cursos e Instituições, num sistema sucessivo de ordenamento e classificação. Não lembro ao certo, mas sei que, não tendo passado na primeira escolha, que era o curso de Economia da UFRJ com apenas 40 vagas, tive a chance de reoptar entre outras instituições e acabei escolhendo fazer a matrícula no que hoje é Universidade Cândido Mendes e que, pelo que recordo, tinha à época como mantenedora as “Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro”. A escolha era parcialmente orientada por indicação de conhecidos e baseada no fato de que ali naquela Instituição realmente conviviam Ciências Sociais, Economia e Direito, e com um germe do que viria a ser o curso de Relações Internacionais — é de se lembrar que é ali, e nesta época, que está nascendo o IUPERJ, que se tornará nos anos seguintes um dos grandes centros de excelência nas ciências políticas e sociais do país, tendo inclusive encampado parte dos cursos de graduação que havia na Faculdade que lhe dá origem. Tudo isto tornava a Cândido Mendes um dos bons locais de preparação para a prova de seleção ao Instituto Rio Branco.

No meio do segundo semestre de curso acabei recebendo, através de uma rede de conhecidos, um convite para, ainda antes do fim do ano, fazer uma breve visita ao Instituto Rio Branco para conhecê-lo, ver de perto suas atividades e, talvez, se calhasse, quem sabe até assistir a algumas aulas. Sem perda de tempo, dois dias depois eu estava em Brasília, hospedado na casa de familiares, depois de ter feito uma inesquecível viagem aérea num bimo-



tor Bandeirante-Embraer do Correio Aéreo Nacional (CAN): um voo com decolagem na base aérea do Galeão às 04:00 da manhã, direito a pousos e decolagens no Espírito Santo, em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e, finalmente, chegada à base aérea da Capital Federal após mais de 9 horas no ar, descontadas as escalas. A viagem a Brasília teria eventos ainda mais marcantes do que aquele longo voo em que o desprovido serviço de bordo, uma expressão bem acabada da noção de “vazio absoluto”, só contrastava com a imensa tagarelice camarada dos jovens pilotos da FAB, que se revezavam no comando para os pousos e as decolagens mas competiam nos comentários extensos e enfáticos sobre uma vasta miríade de assuntos, das condições atmosféricas, condições do voo e da aeronave, acontecimentos curiosos da vida de cada qual, preferências de aeroportos e, *last but not least*, futebol e eventos amorosos — o CAN realmente não inclui qualquer menção a conforto ou discricção nos voos em que, gratuitamente, pode levar de carona qualquer cidadão brasileiro (FAB, 2018).

Lembro ter chegado a Brasília numa sexta-feira, e a visita ao Itamaraty e ao Instituto Rio Branco (IRBr) só aconteceria na segunda-feira seguinte. Foi um fim de semana curioso, de tentativa de resgate de lembranças que ainda hoje insistem em escapar da memória, com visitas a lugares que eu teria conhecido e frequentado até os 6 anos de idade, quando vivi ali com meus pais. Mas, a memória me traía, e pouquíssimas lembranças da vida ali eu conseguia recolher. Contava, porém, com a chance que procurava para uma nova etapa da vida a ser vivida em Brasília, numa eventual aprovação no difícilíssimo concurso para o Instituto Rio Branco, que anualmente não admitia mais do que uma vintena de candidatos. Contudo, a visita ao Itamaraty e ao Instituto Rio Branco, preenchida com informalidade e certa demonstração de cuidado e amizade por quem me servia de anfitrião e com muita gentileza e cortesia por todos aqueles com quem interagi acabaram tendo mesmo um outro sentido.

Naquele momento, a decisão pela carreira de Diplomata supunha um ideal de conciliação entre as atividades típicas da Chancelaria e as possibilidades de nutrir uma vida cultural e intelectualmente rica e produtiva. Havia conhecido diplomatas com carreiras sólidas também como artistas, músicos, escritores, intelectuais em geral. No entanto, uma semana de permanência e convívio por ali mostrou que havia mais, muito mais daqueles que, com as mesmíssimas ambições e os mesmíssimos projetos, frustravam-se completamente nesta dupla realização do que aqueles poucos que, por ventura, conseguiam de fato trilhar com al-

gum sucesso esta dupla estrada de realizações, e sempre às custas de um esforço, de uma competência, e de habilidades de gestão da carreira que eu não me via capaz de ter, desenvolver ou manter. Uma contra-experiência iniciática, uma conversão às avessas, minha curtíssima passagem como visitante pelo IRBr depurou o que havia de real interesse naquela escolha: uma trajetória profissional que bem alimentasse atividades intelectuais nas quais, isto sim, é onde reconhecia alguma chance de realização. E esta escolha, agora, estava sendo liberada de uma espécie de “contrapeso” que eu julgava necessário, obrigatório: um emprego estável numa carreira pouco aborrecida e que me permitisse acesso ao que se produzia de interessante e inteligente no mundo: “*por que não uma carreira acadêmica?*” — era a pergunta que, mais de uma vez, ocupou o lugar de resposta a algumas das minhas muitas indagações sobre a vida e carreira de diplomata feitas àqueles que já estavam nela, em posições variadas.

Se a viagem a Brasília esgotava o tênue desejo de entrar para a carreira de Diplomata, o retorno ao Rio de Janeiro (não lembro como voltei) me punha diante da contingência de enfrentar outra decisão: o curso universitário que então seguia era apenas um estágio para cumprir, com algum aprendizado certamente, os requisitos formais para a candidatura ao IRBr. Sem isso em vista, o curso perdia todo o interesse... além, é claro, do fato de que a Faculdade se localizava em rua nobre do então agradabilíssimo bairro de Ipanema, Zona Sul do Rio, e ficava a apenas duas quadras da praia! Não era contudo suficiente para me manter interessado no que se aprendia ali — e não porque isso fosse pouco.

A desistência da carreira diplomática moveu-me também ao abandono do Curso em que estava matriculado e, a reboque, a enfrentar um leve drama familiar por ter tornado, aos olhos da família, completamente nulo todo esforço feito no Vestibular do ano anterior. Alguns meses de uma sabática não planejada, alguma reflexão sobre o que de fato estava buscando, muita consideração sobre conselhos e dicas recebidas, e amadureci a decisão por uma formação universitária que não teria qualquer outra perspectiva profissional senão numa carreira acadêmica: escolhia então voltar aos estudos da Filosofia, no que já tinha sido iniciado no Ensino Médio cursado fora do Brasil, agora como curso superior. Assim, aos 18 anos, o garbo, a pose e, por quê não dizer?, uma delicada prepotência de um intelectual sólido e bem formado tomaram o horizonte das minhas expectativas juvenis quanto a um futuro profissional. A partir de então foram 3 anos, em duas diferentes instituições, de uma for-

mação verdadeiramente intensa, sólida, densa, com a qual vinha também o paradoxo de uma atitude modesta entre colegas — e até mesmo reverente em relação a alguns professores e a muitos autores, lidos com a sofreguidão dos iniciantes que tomam a história e a antiguidade das boas ideias e teorias antes desconhecidas como evidência de uma perda de tempo a ser duramente compensada — combinada com uma certa reafirmação arrogante (além de ingênua!) da Filosofia diante dos outros campos de saber.

A Filosofia dava “régua e compasso”: ensinava a ler de modo aprofundado, a pensar sobre fundamentos, a refletir sobre veracidades, coerências, a compreender de modo comparativo ideias e “sistemas filosóficos”, argumentar de modo crítico e coerente, e satisfazia à inquietude intelectual que, antes de procurar respostas, encantava-se com a descoberta dos diferentes modos de fazer perguntas. Satisfazendo aos interesses do espírito, a experiência na graduação em Filosofia, no entanto, implicava numa vida real, as tais incontornáveis ‘condições materiais da existência’, não exatamente precária, mas com fortes restrições: durante dois anos em que estive na USP (cursei o primeiro ano na atual Universidade Federal de São João D’El Rey), vivi graciosamente e com bastante conforto na casa grande de meus parentes paternos (queridos, gentis, agradáveis, e com quem na infância passávamos, meus irmãos e eu, ao menos parte das férias anuais), numa rua agradável de São Paulo, mas recebia de meus pais uma quantidade de dinheiro que mal me chegava. Claro que poderia trabalhar, se quisesse. Mas não queria. Queria poder continuar lendo. Porém, começava a achar um pouco penosa e amarga demais a escolha por viver em São Paulo, mesmo tendo sabido de antemão que seriam aquelas as condições possíveis para meus pais — que moravam em Minas Gerais, mantinham um apartamento de 3 quartos na Zona Sul do Rio de Janeiro no qual um irmão ficara morando, ajudavam outro irmão recém casado em Brasília, bancavam uma irmã estudando medicina no interior do Rio de Janeiro... e eu, como dedicado estudante de filosofia em São Paulo. Sem dúvida (mas também sem qualquer queixa, rancor ou ressentimento em relação à família, deixe-se bem claro), eu era o de menor orçamento, e o que melhor podia levar o básico da vida sem apelos ou atropelos.

Uma nova transferência de meus pais, agora de Minas Gerais para Brasília, cidade cujo estilo de vida tinha tido o enorme gosto de reconhecer quando da visita ao IRBr, foi uma espécie de precipitador da decisão de uma nova mudança. Voltar a viver com os pais não era para mim um problema (nunca o foi), mas uma solução naquela altura. A Universi-

dade de Brasília (UnB) era então uma instituição de fama crescente e de uma organização exemplar: a um primeiro contato sobre o interesse de uma possível transferência, fui prontamente respondido com a remessa, em poucos dias, de um belíssimo “Catálogo Geral”, com o conteúdo das disciplinas de todos os departamentos, todas as normas vigentes para os alunos, as condições de entrada e os devidos formulários para dar entrada ao eventual pedido. Vi ali também, de modo claro, as formas de pleitear o aproveitamento de cursos feitos em outras instituições, o que parecia me permitir avançar até praticamente às fases em que eu já estava na formação. Era uma instituição realmente preparada para receber alunos de qualquer procedência. Fiz os cálculos, refleti sobre a vida, olhei para a cidade de São Paulo, contemplei Brasília por uma segunda ou terceira vez... e parti.

## 2. A graduação, enfim

Um único detalhe me havia escapado da leitura encantada do “Catálogo Geral” da UnB: não havia o curso de Filosofia como opção de entrada única para uma graduação exclusiva. Em 1983, era somente um curso complementar. Uma vez aceito como aluno de transferência, eu seria obrigado a escolher um curso como formação principal e incluir a Filosofia apenas como dupla opção. Ligeiramente contrariado, marquei o curso de Ciências Sociais, já organizado de modo equilibrado entre suas três áreas — Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Pensava mais na Ciência Política: algumas leituras na Filosofia tinham me levado a Bento Prado Jr. (um dos intelectuais impressionantes que tive a oportunidade de ouvir em palestras, defesas de tese e eventos esporádicos), dele a Rousseau e a Pierre Clastres (de quem o Prof. Bento Prado Jr. fora amigo na França nos anos 70, e cuja importância teórica não hesitava em referir), e a um interesse maior pela Filosofia Política. Mas, permanecia em mim uma certa contrariedade de não poder ficar apenas na Filosofia. A UnB funcionava então baseada num sistema de orientação professor-aluno já durante a graduação. A primeira designação estava baseada apenas em critérios formais, curso de matrícula, departamento do/a professor/a e número de alunos/as a orientar, numa espécie de sorteio eletrônico. Havia naquela época um único Departamento de Ciências Sociais, congregando os Sociólogos, os Cientistas Políticos, os Antropólogos e as Assistentes Sociais. Dali, do departamento a que o curso de Ciências Sociais se vinculava majoritariamente, um/a professor/a seria de-

signado/a, a minha revelia, e a quem eu deveria procurar para pedir orientações gerais sobre o curso e sobre a matrícula específica nas disciplinas oferecidas no semestre em questão. Cada aluno recebia um envelope contendo a lista de todas as disciplinas que, em sua particular situação escolar poderiam ser solicitadas. No meu caso, porém, recebi direto do Decanato de Ensino apenas um espelho da matrícula geral na Universidade e um pequeno formulário onde constava o nome do orientador designado e onde encontrá-lo. Toda a documentação de transferência fora entregue ali e tramitaria para o então Instituto de Ciências Humanas — ao qual se vinculavam todos os departamentos responsáveis pelas várias disciplinas pretendidas.

Brasília me recebia outra vez de modo muito generoso: o primeiro orientador designado foi o Prof. Benicio Viero Schmidt, um professor de cara séria e espírito magnânimo que, atento a tudo o que eu lhe contava sobre minha chegada e situação escolar, de fato ocupou-se em procurar as melhores alternativas naquele momento. Olhando o histórico que eu trazia no processo de transferência, imaginando todas as disciplinas em que poderia ter os créditos transferidos (como todas as “Introduções”, por exemplo), indicou um conjunto delas a serem cursadas, algumas das quais acabaram tendo um grande impacto na minha formação: Teoria Sociológica com Bárbara Freitag, Sociologia da Cultura com Fernando Correa Dias e, como não havia no meu histórico escolar nada com este conteúdo, duas outras obrigatórias do Curso de Ciências Sociais, Introdução à Antropologia, com Martin Novión e Antropologia Cultural com Mariza Peirano (isso, se me permitissem cursar concomitante com a Introdução, o que ele me indicava fortemente tentar). E como havia um vasto processo de transferência de créditos, o Prof. Benicio recomendou que eu fosse à Direção do Instituto de Ciências Humanas (ICH) me aconselhar sobre o melhor encaminhamento do pedido. A quem procurar? “Ora” — respondeu Benicio — “o Diretor do Instituto deve lhe receber e lhe orientar!”. A UnB era de fato uma Universidade arejada, com instâncias e autoridades acessíveis a seus alunos e presentes diariamente na Instituição: que diferença com a experiência na USP, paquidérmica, distante, quase hostil, não fosse pela generosidade intelectual dos professores... quando em sala de aula!

A UnB tornava minha nova chegada em Brasília ainda mais agradável. E foi encantadora a conversa com o então diretor do ICH, agendada de um dia para o outro, sem qualquer

dificuldade, mesmo para um aluno de graduação em atrapalhado processo de migração. Era um homem sério, mas de conversa farta e cativante, de histórias abundantes e experiências excepcionais narradas com absoluta naturalidade: interessou-se particularmente pelo fato de eu estar vindo da Filosofia da USP, na qual ele mesmo se graduara havia coisa de uns 30 anos, e creio que por isso sentiu-se estimulado a repassar parte de sua história acadêmica ali, com um simples aluno que, mesmo sendo um pouco mais velho do que o comum, era ainda um simples entrante na UnB. Perguntou-me sobre os cursos tomados, se alguns autores ainda eram lidos como no seu tempo de estudante, descobrimos o gosto comum por Gilles-Gaston Granger, com sua expressiva filosofia formalista das ciências humanas e seu racionalismo independente. A conversa me impressionara de muitas maneiras — que acolhimento simpático! que professor generoso! Que Universidade bacana! — e então, ao final de conversa, me disse o Diretor, sem meias palavras, algo que retive na memória como mais ou menos assim: “o melhor caminho para quem começa com a Filosofia é seguir pela Antropologia”. Guardei aquelas palavras com uma curiosidade crescente, pois já era o segundo professor a sugerir que havia algo mais naquela Antropologia da UnB a que eu deveria dar atenção. Apenas alguns dias depois vim a saber que aquele diretor do ICH, professor cujo carisma extraordinário era indiscutível, foi o grande responsável pela institucionalização da Antropologia no Brasil, um *scholar* verdadeiramente talentoso e um intelectual brilhante. Deixou-me marcas definitivas sobre a imagem que até hoje tenho daquela Universidade, e uma inquietante vontade de descobrir afinal o que tinha a Antropologia dali. As aulas começariam em poucos dias.

Penso que já naquela mesma semana meus pedidos de transferência de créditos estavam despachados para seus respectivos departamentos — além da Filosofia, havia disciplinas de Sociologia, de Ciência Política, de História, de Economia. E pelo que me recordo, durante meu primeiro mês na UnB tudo estava tramitado e resolvido: todo o meu histórico escolar fora levado em conta, e lembro ter recebido como créditos transferidos algo em torno de quase  $\frac{2}{3}$  do total necessário a uma graduação plena em Ciências Sociais. Uma ou outra disciplina obrigatória — além das Antropologias que não havia tido nas outras graduações, a Estatística que tampouco frequenta qualquer currículo conhecido de Filosofia, e as singu-

lares “Histórias Gerais e do Brasil” (História Social e Política Geral e do Brasil, História Econômica Geral e do Brasil) —, e tudo o mais que eu precisava poderia ser preenchido apenas por optativas, de vastas escolhas naqueles anos.

A matrícula no primeiro semestre havia sido preenchida com as sugestões do primeiro orientador e o interesse pelas aulas de Antropologia estimulado ainda mais pela conversa com o Diretor do ICH. Não houve decepção. Muito apesar das indicações do orientador terem se mostrado interessantíssimas (as aulas com Bárbara Freitag e Fernando Correa Dias, por exemplo), as aulas de Antropologia, e sobretudo as leituras indicadas, eram de fato surpreendentes para mim que tinha lido algumas coisas de Pierre Clastres mais como uma espécie de eco reverberado de Etienne La Boétie e dos filósofos iluministas e da crítica francesa do séculos XVII e XVIII do que propriamente como um exemplo de uma outra disciplina de pensamento (ver, por exemplo, (Chauí, 1982; Clastres, 1982; La Boétie, 1982; Lefort, 1982)).

Se, no geral eram muitas as disciplinas oferecidas como optativas ao Curso de Ciências Sociais, eram ainda relativamente mais amplas as escolhas possíveis por disciplinas da própria antropologia, nas quais concentraria o que havia de créditos a cumprir até o término da graduação. Talvez fosse o departamento de Ciências Sociais com o maior número de antropólogos<sup>1</sup> no país e certamente era o que concentrava os mais conhecidos com atuação em cursos de graduação.<sup>2</sup> E, de fato, as aulas eram de saída fascinantes, num misto de revelação de mundos completamente novos revelados pelas séries de etnografias clássicas usadas nas aulas, às quais jamais havia tido acesso, e a provocação teórica que a antropologia clássica em descoberta implicava para alguém tão preso às amarras de um modo particular de racionalidade, como era aquele aprendiz de filósofo que eu então queria ser. As leituras me interessavam ainda mais do que as aulas — ligeiramente mais velho que os demais colegas em sala, e já com alguns anos de formação, para mim era como se as aulas parassem onde eu gostaria que as discussões estivessem realmente começando: a simples garantia da compreensão das ideias principais dos textos e autores postos em cada programa, que con-

---

1. Com exceção dos poucos departamentos específicos de antropologia propriamente ditos (Museu Nacional, Universidade Federal do Paraná e USP)

2. Vale lembrar que o Museu Nacional, “alma mater” dos antropólogos que foram para a UnB nos anos de 1970 e 1980, e que sempre foi uma das maiores referências na área, jamais teve cursos de graduação

formava os incontestáveis objetivos principais de cada aula, não me bastava, por minhas próprias e assumidas idiossincrasias. De fato, eu realmente vivia um momento de descoberta, um certo deslumbramento mesmo, ora tênue, ora mais exaltado, com alguns marcos fundamentais da teoria antropológica. A demonstração cabal da diversidade cultural tomada em seu sentido mais profundo, com as etnografias que eu lia, com descrições minuciosas da vida social de povos cujos planos de existência e sentido nada devem a todo arcabouço conceitual e civilizatório que serve à causa do “Ocidente”, esta diversidade então formulada sob a chave da necessária “relativização” impunha uma espécie de volatilização da perspectiva de uma razão voraz que eu julgara capaz de apreender e formular, sem maior esforço, conceitos suficientes para dar conta de qualquer expressão do “Real” (tomado em seu sentido filosófico pleno). Na história da Filosofia, apenas as abordagens fenomenológicas *a la* E. Husserl ou M. Merleau-Ponty — não à toa filósofos retomados nesta nova aproximação com a Antropologia (por exemplo, Ingold, 2006a; Ingold, 2006b, 2008, 2009) — forçavam essa atitude de suspensão de juízos prévios como modo de aproximação sucessiva e crescente às propriedades de certos fenômenos (sobretudo aqueles da consciência de um sujeito diante do mundo). Àquilo que na Filosofia se chamava *skepsis*, com resultados muitas vezes incertos e outras vezes puramente especulativos, a Antropologia tomava como seu verdadeiro instrumento de descoberta, o mecanismo heurístico de sua possibilidade de falar sobre o mundo dos outros. Esse era meu deslumbre!

E o conjunto de antropólogos e antropólogas do então departamento de Ciências Sociais da UnB mais uma vez mostrou-se dotado de paciência e generosidade inimagináveis: professores/as estavam no geral presentes ali diariamente, e sempre acessíveis em horas predeterminadas, num modelo de vida universitária que eu viria a saber ser comum no exterior, mas muito raro no Brasil (talvez até hoje), e passei a frequentá-lo com constância e regularidade. Ajudava-me na relação com os professores/as o bom desempenho nas aulas — não sem alguma polêmica ou provocação, bem ao modo do “Departamento Francês de Ultramar”, como era o Departamento de Filosofia da USP (Arantes, 1994), do qual eu havia aprendido e incorporado uma atitude intelectual pró-polêmica, meio desafiadora e agressiva (em termos das ideias e das formas, esclareça-se!). E a chance de convívio com eles me permitia levar adiante o que estava descobrindo de realmente novo, revelador e cativante na Antropologia.



Junto com os professores/as, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, com seu excelente acervo e seu generoso horário de funcionamento, foi mais um diferencial nas possibilidades de formação e na minha satisfação intelectual. Pelo que me recordo, já no começo do segundo semestre de 1983 fui convidado a me inscrever na seleção para Monitores no departamento. Com o rendimento escolar mais elevado do que a média dos alunos, fui me candidatando e sendo selecionado, penso, durante quase todos os semestres. Além da experiência de auxílio didático, a monitoria me fazia permanecer no departamento e conviver com os professores ainda mais intensamente, e tudo era oportunidade de aprender algo a mais da antropologia (inclusive de sua história no Brasil, que passava por aquele departamento de forma inescapável, pedir mais uma referência, receber mais uma orientação generosa a respeito de tudo o que vinha a interessar, que era sempre mais, bem mais do que havia nas aulas. Esta convivência com os professores/as no Departamento foi mais uma das experiências marcantes e definitivas em Brasília: Martin Novión, de saudosíssima memória e morte injusta e prematura, Peter Silverwood-Cope, falecido de modo doloroso e também antes de seu tempo, Mariza Peirano, Roque de Barros Laraia, Júlio César Melatti, foram todos mestres invejáveis, no conhecimento do campo, na excelência de sua produção, e no exemplo de prática acadêmica, impondo a mim uma “marca de origem” de que jamais abri mão. Não recordo ter tido muitas aulas com Alcida Ramos, Mireya Suarez ou Lia Zanotta, mas tenho vivas lembranças de uma convivência igualmente agradável e proveitosa nas dependências do Departamento.

Foram 2 anos particularmente intensos e, entre os muitos créditos transferidos, aqueles cursados nas poucas obrigatórias que me restavam e a variedade de opções cursadas na área de Antropologia, ao final de 1984 já me faltava apenas um pequeno lote de disciplinas para concluir o exigido na graduação, mesmo com o ligeiro excedente de créditos cobrados para ter apostado ao verso do diploma de Bacharel em Ciências Sociais a desejada Habilitação em Antropologia. No início do ano letivo de 1985, numa conversa informal com Roque Laraia e Júlio Melatti em torno da grande visibilidade que a Antropologia vivia naquele momento no país, eu indagava sobre o que estava se fazendo de novo ou de mais interessante na área. Afinal, depois de uma formação básica exemplar, em termos das tradições clássicas da história da antropologia, o que seria seu melhor complemento como plano de formação avançada e preparação profissional para a pesquisa?

De verve ligeiramente irônica no convívio mais informal, contrastando com a seriedade profunda em sala de aula, o Professor Melatti, sem nem sequer alterar-se na poltrona em que por hábito tomava seu café, me advertiu contra fortuitos sonhos de aventuras nos mares do Pacífico, tais como geralmente povoavam a imaginação dos principiantes. E o que teria dito tenho registrado mais ou menos assim: “Não há mais nenhuma ilha a ser descoberta, não há mais nada de extravagante no mundo sendo revelado, mas há alguns povos indígenas ainda desconhecidos no Brasil, e talvez valha a pena o esforço de conhecê-los”. Se fosse para continuar na Antropologia, que eu levasse em conta o conselho. Era talvez o maior dos etnólogos quem falava ali: o vastíssimo conhecimento etnográfico fazia do Prof. Melatti a maior referência quanto a tudo o que se sabia sobre as populações indígenas no Brasil (ele mantém até hoje uma atualizada página na internet sobre os povos indígenas — ver (Melatti, 2018)). A nosso lado, o Prof. Roque Laraia, com a contumaz economia que sua mineiridade impunha, completou com uma única linha: “leia a tese de Eduardo Viveiros de Castro!”. Ele havia participado da Banca de Defesa daquela tese, em meados do ano anterior e, com sua curteza e precisão de fala, afirmava, sem mais, ser o que havia de mais interessante sendo feito na Antropologia brasileira naquele momento.

Tomei emprestado os dois volumes da tese de Eduardo e li, arrebatado, e com a admiração crescente pela antropologia alimentando a perspectiva de uma futura pós-graduação. Em poucas semanas estava determinado a ir conhecê-lo e saber sobre a possibilidade de ir estudar sob sua orientação no Museu Nacional. Não fui, não me lembro bem o porquê, mas descobri que as provas de seleção para a Pós-Graduação no Museu ocorriam no meio do ano, para entrada em março do ano seguinte. Por um convênio então existente entre os dois Programas de Pós-Graduação, eu poderia até mesmo fazer a seleção lá e, uma vez aprovado e por ventura desistindo de ficar no Rio de Janeiro, eu poderia pedir matrícula na UnB. Talvez por ter as mudanças e as transferências como um hábito, eu nada vi de excêntrico ou inoportuno em já pensar uma possível mudança para o Rio de Janeiro como algo mais uma vez transitório.

Com a graduação prevista para ser concluída em meados de 1985, fiz a seleção para o Mestrado no Museu Nacional. Depois de aprovado, procurei finalmente o Eduardo. Da conversa saiu a possibilidade de ser de fato seu orientando, na condição de que me dispusesse a fazer pesquisa de campo com algum povo indígena. Ele estava juntando um grupo de alunos

de mestrado e doutorado, pensando num projeto comparativo de bom fôlego, centrado em várias questões teóricas da etnologia indígena (ver adiante). Nunca tive por certo que me dedicaria, de modo particular, a pesquisar junto a povos indígenas, posto que meu interesse nascera mais das reflexões da disciplina como um todo do que de qualquer de seus “objetos” tradicionais. Mas a sugestão de Melatti, a afirmação de Roque e, agora, a exigência de Eduardo não me deixavam dúvidas de que seria por ali o caminho a ser escolhido. De mais a mais, era o subcampo da disciplina que me parecia realizar, de modo talvez mais claro, algumas das características que mais apreciava na Antropologia: uma reflexão teórica, em diálogo direto com os grandes eixos da história da disciplina, levada a cabo a partir de uma experiência etnográfica na qual a diferença cultural jogava um papel preponderante já desde a largada.

Até então, contudo, eu só sabia de ideias, e de nenhuma gente: da Filosofia à Antropologia tudo para mim até aquele momento havia sido “história das ideias”. Por isso, e mesmo com a chance de começar o mestrado no segundo semestre daquele ano (possibilidade aberta apenas aos alunos que vinham da graduação em Ciências Sociais), achei oportuno passar mais um semestre em Brasília e só me matricular no Mestrado no Museu Nacional em 1986. Na UnB, isto me permitiria a matrícula num atividade direcionada à elaboração de uma dissertação de conclusão de curso. No meu caso, fruto de uma pesquisa de campo que faria entre julho e setembro daquele ano. Ainda em 1984, eu havia lido uma reportagem sobre um “bairro rural” curioso nas cercanias da Cidade Ocidental, uma das cidades-satélites de Brasília, distante pouco mais de uma hora de carro, já bem próximo a Luziânia em Goiás. Tratava-se da “Fazenda Mesquita”, hoje uma comunidade quilombola reconhecida e ameaçada (Brasil, 2018; Cerrado, 2018; Koinonia, 2013). Num período de quase três meses, passei em torno de 45 dias junto à comunidade, experimentando as formas-de-fazer previstas nos velhos (e úteis) manuais de antropologia, arejadas pela procura de desvendar os sentidos de certas práticas sociais peculiares que pude observar ali: era curioso o modo como modulavam um regime de relações étnicas com estratégias de desfazimento de conflitos e dissoluções sutis de posições de subordinação (Teixeira-Pinto, 1985). Era meu trabalho de conclusão de curso. Era um treinamento necessário. Tanto na pesquisa, quanto na redação do trabalho, fui orientado com muita seriedade, atenção e competência pela Profa. Alcida Ramos, outra etnóloga com larguíssima experiência em pesquisas de campo e competência

profissional reconhecida. Foi a primeira experiência de uma prática intelectual ao modo de uma ‘antropologia tradicional’: um bom conhecimento da literatura, uma pesquisa de campo revelando problemas a serem estudados, uma descrição analítica “densa”, em que, a partir das próprias visões nativas, os fios que sustentam as práticas e os sentidos vão sendo revelados de forma sucessiva, à procura de um quadro consistente a juntar dados e interpretações: era possível pensar a partir do que pensam seres humanos de carne e osso!

Durante a redação daquele trabalho, no segundo semestre de 1985, já não tinha mais nenhuma disciplina a cursar. Meu orientador geral na Graduação era Martin Novión, a quem devo muito, por muitas coisas e de muitos modos. Fui monitor dele em muitas disciplinas e mantínhamos conversas constantes sobre tudo o que me interessava na Antropologia. Com ele passei momentos de grande aprendizado na Universidade, e com sua família momentos de enorme satisfação pessoal: Olga, Jacques, Henry e Genevieve formavam com Martin Novión uma belíssima família, com quem a convivência marcou minha vida em Brasília com ainda maior alegria e satisfação — a partida para o Rio de Janeiro em 1986, e os caminhos que acabei seguindo desde então, afastaram-me deles, contra toda vontade.

Naquele mesmo segundo semestre de 1985, Olga Novión assumiria a Direção da Assessoria de Estudos e Pesquisas (AESP) da Funai, sob a Presidência de Apoena Meirelles. Mesmo sabendo que eu deveria partir para o Mestrado no Rio de Janeiro em março do ano seguinte, Olga convidou-me a ajudá-la na tentativa de reestruturar a AESP, tornando-a outra vez no núcleo de conhecimentos necessários e estratégicos para as políticas da Funai. Pesquisas sobre a real situação territorial, sobre a atuação missionária junto a povos indígenas, projetos de educação intercultural e de alternativas econômicas para a desejada autonomia indígena eram algumas das iniciativas planejadas e que me cativaram, não por qualquer conhecimento ou competência particular que já tivesse, mas justamente pela inescapável oportunidade de aprender ali, contribuindo mais com as formas possíveis de articulação entre servidores da AESP, antropólogos, sertanistas em campo, etc., para tentar fomentar e organizar e dar sentido à enorme massa de informações e conhecimentos produzidos sobre as realidades indígenas, mas dispersas e desorganizadas. Atuei por seis meses como “Assessor da Assessora-Chefe” (ah, a impagável nomenclatura do Serviço Público!), um período em que viajei como jamais havia feito, por todos os meios de transporte conhecidos, para lugares antes inexistentes em minha geografia pessoal e nos atlas escolares mais comuns, e de-

sempenhei papéis para os quais ainda hoje me faltariam palavras, e bons modos, para descrever: sindicâncias abertas para apurar responsabilidades por brigas entre índios de línguas diferentes; assessorias em processos judiciais contra índios, nos quais deveria servir para ajudar a medir o “grau de aculturação” (sic) dos sujeitos envolvidos; avaliação de “impacto de epidemias sobre a sobrevivência cultural” de um certo povo de contato mais ou menos recente; pedidos de autorização para batismos; supervisão de viagem de índios levados por missionários para atividades diversas fora da aldeia; e emissão de pareceres sobre propostas de decretos municipais tirando de certa população minoritária o direito de usar etnônimo ou nomes pessoais indígenas; eram algumas das coisas que caíam cotidianamente, e de chofre, sobre o colo dos assessores da AESP, tornando absolutamente impossível qualquer planejamento ou estudo que de fato tivesse alguma serventia que não a busca inesperada de razões súbitas e fundamentos repentinos para soluções imediatas de situações quase sempre dramáticas em que estão envolvidos os povos e os indivíduos indígenas no Brasil. Não havia como resistir às demandas prementes de um cotidiano carente, miserável mesmo, que batia às portas diuturnamente da Fundação Nacional do Índio. E não havia como imaginar tampouco que a Funai conseguisse acionar quaisquer mecanismos para livrar-se das pressões sofridas por todos os lados, e todos os meios. Ainda que, nos primeiros momentos, tivesse chegado a cogitar a possibilidade de ficar por ali — com um salário bem razoável, a chance real de cursar o Mestrado na UnB (de igual nível de excelência) —, tudo aquilo que aprendia naquela função era bastante e suficiente: deixei a Funai e me mudei de novo para o Rio de Janeiro na semana anterior a começarem as aulas no Museu Nacional.

### 3. A pós-graduação, formação e pesquisa

Minha experiência no Museu Nacional é, em muitos sentidos, uma continuidade da excelência da graduação (enfim) terminada na Universidade de Brasília. Nenhuma dificuldade nas disciplinas obrigatórias (a sequência ortodoxa das Teorias Antropológicas I e II), que mais do que introduzir grandes novidades, aprofundavam, de modo certamente competente e atualizado com comentadores recentes, o que havia sido visto na graduação ao longo de várias disciplinas — no meu caso, complementada pelas referências para mais leituras que a convivência com os professores da UnB permitia. Das disciplinas optativas, lembro do imen-

so aprendizado nas densas aulas dos professores Luís Fernando Dias Duarte e Lygia Sigaud (tristemente desaparecida há alguns anos), em que a análise rigorosa e exaustiva de textos nos permitia também refletir sobre questões correlatas de interesse geral para a antropologia. Estava em vigor ainda no Museu Nacional uma famosa “regra das 200 páginas”, pela qual cada professor poderia (deveria) incluir esta quantidade de páginas para leitura de uma semana para a outra: uma dura carga para quem queria fazer três disciplinas por semestre!

A ida para o Museu Nacional já incluía o projeto de me juntar ao grupo de alunos que o professor Eduardo Viveiros de Castro estava reunindo, logo após a defesa de seu doutorado. No ano em que fiz a seleção, 1985, estava em sua primeira versão um primeiro grande projeto comum, chamado “Etnografia e modelos analíticos” que, já em 1986, conseguiria um grande aporte de recursos da FINEP para pesquisas de campos de longo prazo, e prevendo sua continuidade por um razoável período de tempo. Tratava-se de um projeto teórico e comparativo, que implicava não somente a realização de pesquisas empíricas, mas também (ou principalmente) o rebatimento das etnografias sobre povos indígenas sul-americanos, já feitas e a fazer, sobre um *corpus* de problemas centrais na teoria e na história da antropologia: uma derivação do então famoso Congresso de Americanistas em Paris em 1976, quando um grande grupo de etnólogos de todas as partes do mundo, reunidos sob a coordenação de Joanna Overing, estabeleceu uma espécie de consenso sobre a necessidade de se repensar os modelos descritivos clássicos da teoria antropológica a partir do que revelavam os trabalhos de renomados antropólogos americanistas<sup>3</sup> a partir do final dos anos de 1960 (Overing e alli, 1977).

De um lado, estava ali na chamada de J. Overing toda a tradição que definiu a própria importância do Museu Nacional no cenário da antropologia mundial, a partir dos projetos comparativos de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, da Universidade de Harvard (veja-se Cardoso de Oliveira, 2018; Correa, 1991). Foi esta iniciativa que formou, direta ou indiretamente, toda a geração anterior de etnólogos brasileiros (Roberto da Matta, Júlio Melatti, Roque Laraia, Alcida Ramos) e mais um punhado enorme de antropólogos estrangeiros (Terence Turner, Jean Carter Lave, J. Christopher Crocker, Joan Bamberger, e, de modo oblíquo, mas não menos importante, Patrick Menget, ex-aluno de D. Maybury-Lewis

---

3. Apesar de remeterem a acepções sutilmente diferentes, uso de forma mais ou menos equivalente “americanismo”, “etnologia indígena”, “etnologia ameríndia” e seus derivados.

em Harvard, mas que defende a tese de doutorado em Paris, na École Pratique des Hautes Études-EPHE, sob a supervisão de Claude Lévi-Strauss). De fato, o *Central Brazilian Project* — *Harvard-Museu Nacional* havia mudado o lugar que os povos indígenas do continente ocupavam na Teoria Antropológica (volto ao assunto), dando-lhes um destaque até então desconhecido, muito além das “anomalias” que haviam sido apontadas em seus sistemas sociais: um suposto sistema de descendência paralela (homens descendendo de homens, mulheres de mulheres) intuído por Curt Nimuendaju e reverberado nos Estados Unidos por Robert Lowie; a discrepância entre uma austeridade da base material da existência e a consequente sobriedade econômica em grande parte de um ciclo anual, *vis-à-vis* a profusão exuberante da vida simbólica e cerimonial, tudo a desafiar os modelos evolucionistas da Antropologia Americana à época do enciclopédico *Handbook of South American Indians*, primeira grande obra a levar os povos indígenas sul-americanos ao conhecimento acadêmico americano e mundial. Em fins dos anos '70 e começo dos '80, o grupo *Harvard-Museu Nacional* ocupou lugar de grande destaque na antropologia mundial, inclusive catalisando novas pesquisas para além de sua área geográfica e cultural de interesse inicial (o Brasil Central, os povos da família linguística Macro-Jê) e para fora das fronteiras da antropologia americana e sua influência na etnologia que se produzia no Brasil naquele momento: Joanna Overing, Peter Riviere, Stephen Hugh-Jones, Christine Hugh-Jones são alguns dos antropólogos cujo diálogo com a produção etnológica sobre o Brasil Central marcou minha geração.

Muito bem descritos por esta então ‘nova geração de antropólogos’, os povos indígenas sul-americanos desafiavam afirmações centrais dos principais modelos analíticos incorporados nas teorias antropológicas tradicionais, herdadas das realidades etnográficas africanas, do sudeste asiático, e da enorme província etnográfica da Melanésia-Nova Guiné. E era isto o que estava no horizonte teórico e comparativo de Eduardo Viveiros de Castro logo após seu doutorado: estimular a elaboração de etnografias com densidade analítica suficiente para alimentar reflexões teóricas de importância para os eixos centrais da disciplina.

A recepção amistosa, solidária e estimulante do grupo dos primeiros alunos de Eduardo — Márcio Ferreira da Silva, Tânia Stolze Lima, Romana Maria Costa, como doutorandos, e Marco Antônio Gonçalves, Aparecida Villaça e Neila Soares, como mestrandos <sup>4</sup> —

---

4. Na realidade, Eduardo tinha dois outros orientandos anteriores, Márcio Goldman e Bárbara Musumeci, que não participavam da formação de etnologia, mas frequentavam (sobretudo o primeiro) outras atividades

permitiu minha rápida inserção ao grupo e o começo da frequência aos cursos e seminários de formação. Além de mim, a este grupo acabaram se juntando outros colegas nos anos seguintes, como Bárbara Sette, Carlos Fausto e Marcela Coelho de Souza, por exemplo. Poucos destes colegas deixaram de seguir a carreira acadêmica; alguns se tornaram parceiros, outros, amigos. Todos foram de crucial importância para a formação que tive no Museu Nacional, complementando o que recebi na UnB, condicionando profundamente a antropologia que viria a fazer e o antropólogo em que tornei.

De fato, durante toda minha formação no Museu, a maior dedicação esteve direcionada para as atividades que articulavam o aprofundamento teórico e formação para pesquisa em etnologia indígena. E tudo no Museu era um reforço a um modo, digamos, “clássico” de fazer antropologia que havia aprendido na graduação na UnB. E isto não apenas por causa da ênfase dada pelo PPGAS do MN numa sólida formação história e teórica na antropologia, independente de sua área de interesse para pesquisas empíricas: fosse o grupo da antropologia urbana, fosse o do campesinato, ou o dos colegas ocupados com os processos de contato e relação entre povos indígenas e Estado ou sociedade nacional, ou aqueles que, como nós, imaginamos estudar sociedades indígenas em seus próprios termos, todos no MN tínhamos como marca a exigência de nossos professores (e de nossos pares, muitas vezes!) por uma formação teórica ampla, sólida e capaz de fazer a pesquisa empírica para a qual nos preparávamos dialogar com questões importantes da antropologia em termos internacionais. Este padrão rigoroso de trabalho intelectual, implantado pelos fundadores do PPGAS/MN era o mesmo que havia sido transplantado para a Antropologia da UnB e do qual eu já havia me beneficiado grandemente, pela familiaridade, e pelo gosto.

Além disto, havia também o esforço daquele grupo de colegas em fazer do Museu Nacional, outra vez, uma forte referência institucional internacional no campo da etnologia indígena. Nosso preparo incluiu aulas sistemáticas de linguística geral, de fonologia, morfologia, sintática e outras coisas aplicada às línguas indígenas no Brasil, com a generosíssima Profa. Yonne Leite — para quem cheguei a elaborar um razoável relatório de pesquisa linguística sobre o Arara (Teixeira-Pinto, 1989a) —, cursos eventuais sobre ambiente e ecologia amazônica, ao lado dos intensos e constantes seminários dedicados às leituras de etno-



grafias e discussões teóricas sobre um vasto rol de problemas que interessavam para as pesquisas com povos indígenas, sobretudo levando em conta o prazo relativamente longo em que definíamos os cronogramas de nossos trabalhos. O mestrado e o doutorado foram pensados como uma única e mesma trajetória de formação.

Como parte do acordo para o Mestrado no PPGAS/Museu Nacional, eu tinha a obrigação de escolher ou um povo indígena já conhecido, mas que tivesse ainda oportunidades de pesquisas recortadas segundo as questões que discutíamos no grupo de formação, ou achar um povo ainda desconhecido da literatura etnológica com quem pudesse pesquisar. Na minha curta passagem pela Funai, havia recebido um relatório de viagem que um dos antropólogos da AESP tinha feito aos Arara (próximos a Altamira no Pará, da família linguística Caribe) logo após a consolidação do contato com eles e sua mudança para um aldeamento definitivo, onde até hoje está a maioria deles. Isso ainda em 1985. Não tinha exatamente eles em mente quando fiz a seleção para a pós-graduação no Museu (que foi, relembro, também em meados de 1985), mas sua proximidade com os Araweté que tinham sido estudados pelo orientador, e principalmente sua condição de recém contatado, monolíngue, e com uma história de resistência ao contato que ficara famosa, tanto por sua longevidade (foi mais de uma década de tentativas de contato), quando por sua elaborada belicosidade, tornavam os Arara uma escolha interessante para quem buscava uma oportunidade de reproduzir as “condições clássicas” de uma pesquisa de campo, fazendo dela uma oportunidade ainda maior de formação nas práticas de uma “antropologia tradicional”. Por um conjunto de circunstâncias, institucionais e pessoais, não houve qualquer dificuldade para se conseguir a autorização de entrada na área e poder dar início à pesquisa.

Fiz uma primeira viagem a campo em janeiro de 1987. Outras depois vieram em junho a agosto de 1987, janeiro a março e julho a outubro de 1988, junho a novembro de 1992, março a agosto de 1994, apenas um mês em 1998, e visitas cada vez mais curtas desde então (2001, 2005, 2010). Muitos dos anciãos e dos jovens adultos com quem convivi já morreram. Hoje, eu acompanho (os ainda vivos) à distância — seja por alunos, meus e de colegas, enviados a campo, seja através de colegas e ex-alunos hoje em ONGs, ou órgãos de governo que

interagem com eles de modo regular, ou mesmo através de redes sociais nas quais, mesmo indiretamente, eles têm alguma participação. Volto a falar dos Arara quando tratar do ensino e da produção intelectual.

Devido a uma conjunção de fatores, tive de escrever minha dissertação de mestrado em tempo mais ou menos abreviado: minha geração ainda levava em torno de 4 anos para concluir a Mestrado, mas no final de abril de 1989, com apenas 3 anos e 1 mês desde a matrícula inicial no PPGAS/MN, eu defendia minha dissertação. Na banca estavam Bruna Franchetto, do setor de Linguística do Museu Nacional, com quem havia estudado alguns aspectos fundamentais de línguas Caribe, sua especialidade, e Roque Laraia, meu antigo professor em Brasília. A dissertação foi uma primeira descrição geral (e, portanto, mais ou menos superficial em vários aspectos) de aspectos elementares do modo de vida Arara, povo até então inteiramente desconhecido da literatura especializada. Havia apenas menções a eles desde meados do século XIX em torno da região da Volta Grande do Xingu (Coudreau, 1977; Nimuendaju, 1987). Mas, tinham sido declarados extintos a partir de 1940, reaparecendo com as obras da rodovia Transamazônica que cortou ao meio seu território tradicional. Com um conhecimento muito sumário da língua (eles eram completamente monolíngues até, pelo menos, 1995!), aquele primeiro trabalho sobre os Arara centrou-se na apresentação dos modos de organização das atividades comuns num ciclo anual, e se baseava na descoberta de uma teoria nativa de circulação de substâncias vitais no Cosmos que dava sentido ao conjunto de suas práticas em termos de suas reverberações no tempo cíclico das atividades e no espaço alternante onde eram realizadas (ver Teixeira-Pinto, 1989b).

Nos primeiros dias de maio de 1989, fiz a seleção para o Doutorado no próprio Museu Nacional, que comecei a cursar em agosto do mesmo ano. Uma bolsa do CNPq me permitiu passar o ano acadêmico de 1990 na Universidade do Novo México (UNM), estudando com Karl Schwerin, um especialista em povos indígenas sul-americanos (Schwerin, 1972, 1973, 1976; Denevan e Schwerin, 1978; Schwerin, 1983, 2018), Louise Lamphere, precursora dos estudos de gênero na Antropologia (Rosaldo e Lamphere, 1974; Lamphere, 1989), Alfonso Ortiz, um dos grandes especialistas em etnologia dos povos indígenas norte-americanos (ele mesmo um indígena Pueblo, nascido em *Ohkay Owingeh*, antigo San Juan Pueblo, nas proximidades de Santa Fé, Novo México) e com trabalhos seminais sobre o dualismo (Ortiz, 1969), com Keith Basso, um antropólogo-linguista, especialista nos Apache, com trabalhos impor-

tantíssimos sobre a relação crucial entre linguagem e cultura (Basso e Anderson, 1973; Basso, 1987, 1988, 1989), um objeto tradicional da antropologia americana mas de pouco apelo no contexto brasileiro. Era, digamos, um rol de interesses bastante importantes na formação que buscava (vernos anexos os documentos relativos a essa passagem pela UNM).

No final de novembro de 1990 voltava ao Brasil. Em dezembro fiz concurso para Professor Assistente de Etnologia Indígena na Universidade Federal do Paraná (UFPR) — o que eram duas raridades: vaga para professor apenas com mestrado e, ainda por cima, para a área específica de etnologia indígena!). Uma vez aprovado em 1º lugar, assumi ainda no final do mesmo ano de 1990 (na improvável data de 26 de dezembro, pelo que recorde) — vivia-se um daqueles momentos de *“se não usar a vaga até 31 de dezembro ela desaparece”*. que de tempos em tempos aterroriza as Universidades Federais.

Entre 1991 e 1995, continuei o doutorado mesmo dando aulas em Curitiba. Facilitava a vida o fato de que, no período entre agosto de 1989 e o final de 1990, contabilizando as disciplinas cursadas na UNM e imediatamente aceitas no PPGAS/MN, já tinha concluído todos os créditos obrigatórios, e me restavam apenas aqueles que poderiam ser atribuídos a cursos de leituras com o orientador e/ou atividades de pesquisa. O compromisso era sistematizar os resultados das pesquisas anteriores, preparando novas idas a campo, e escrevendo os primeiros trechos do que viria a ser a tese. Nestas condições, ainda consegui voltar a campo duas vezes, em 1992 e 1994. E os resultados do que ia fazendo foram se tornando tão interessantes que houve a demanda de professores e colegas para que os publicasse (cf. Teixeira-Pinto, 1993a; Teixeira-Pinto, 1993b, 1995a, b), e deixasse para a tese propriamente dita apenas a parte principal da pesquisa, dedicada a desvendar os muitos sentidos de um longo ciclo ritual associado à captura, à morte dos inimigos e à coleção de troféus humanos, e que os Arara, alguns anos depois do contato, voltavam a fazer usando símiles de barro (farei uma breve apresentação sobre isso). Concluí a redação da tese em meados de 1995, e a defendi em outubro. Na banca, Júlio César Melatti, meu professor em Brasília e conselheiro sobre o que seria bom fazer em etnologia, Dominique T. Gallois, da Universidade de São Paulo, e Lygia Sigaud e Márcio Goldman do próprio Museu Nacional, além, é claro de Eduardo Viveiros de Castro. Submetida ao concurso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Ciências Sociais/ANPOCS, o trabalho mereceu o *Prêmio José Albertino Rodrigues*, como melhor tese de doutorado daquele ano (veja-se a menção a isto no “Livro de Nomes” da Associação ANPOCS, 2016: 323,326-7; cf. Teixeira-Pinto, 1997).

Se a defesa da tese de doutorado marcou o fim do ciclo de formação em Antropologia, iniciada no começo da década de '80, com todos aqueles incidentes de escolhas, desistências e redefinições, não implicou no encerramento das pesquisas com Arara, nem das publicações a partir da experiência de campo com eles desde os tempos do mestrado. Quase ao modo do “*ethnology brazilian style*”, bem o definiu Alcida Ramos (1990, 2007, 2010), em que as pesquisas, iniciadas ao modo mais tradicional, com longas permanências em campo, e na sincronia de um congelado “tempo etnográfico” no qual baseamos nossas primeiras etnografias, acabam se prolongam num eixo temporal mais longo de acompanhamento das mudanças pelas quais vão passando os indígenas com quem pesquisamos, minha experiência com os Arara ainda ocupa uma parte importante do que faço. Ainda neste ano de 2018 mantenho um último projeto de atualização e revisão do sistema de parentesco e da rede matrimonial Arara que, desde as primeiras pesquisas apresentavam traços curiosíssimos para a reflexão antropológica (ver, por ex., Teixeira-Pinto, 1993b; Teixeira-Pinto, 1995a, 2004a, b, 2017, 2018). Por vias diretas e indiretas, tenho os dados demográficos e populacionais Arara atualizados até 2017, o que me permite ver efeitos do aprofundamento das relações de contato, da nova dinâmica residencial e mesmo da ação missionária sobre as práticas matrimoniais (ver adiante um pouco mais sobre essa pesquisa).

Se bem mantenho o interesse pela exploração dos resultados das pesquisas com os Arara até hoje, o que dizer da história que me trouxe à antropologia, depois à etnologia indígena e, finalmente, me levou até eles?

Como já mostrou Mariza Peirano (Peirano, 1992), a evocação do “acaso” costuma ser uma chave (auto) interpretativa de trajetórias de grandes intelectuais. Longe de mim a pretensão de alinhar-me com os grandes nomes que aparecem no belo trabalho de Peirano, e por uma dupla ou tripla negativa. Recusando qualquer pretensão ou soberba, tenho certo de que tampouco posso evocar o tal “acaso” para explicar a trajetória que segui. Mas, se não posso fazê-lo, muito menos poderia, no meu caso, cair na tentação do “apelo biográfico”, como se tudo estivesse determinado por “vocações em potência” que foram apenas se des-

dobrando ao longo do passar dos anos ou sendo reveladas por acontecimentos mais ou menos fortuitos cujo papel seria apenas este — o de revelar as virtudes, os pendores e os talentos que jaziam ocultos!

Talvez seja mesmo outra coisa, e bem distante do acaso, o que moldou a história de minha formação: um misto de dupla frustração, com encanto e deslumbramento. O abandono de uma carreira inicialmente desejada na Filosofia (em síntese, pois talvez fosse no geral apenas isso o que estivesse realmente implicado na escolha por uma formação no Instituto Rio Branco) não é, em substância, algo completamente diferente dos efeitos da derradeira influência do departamento de antropologia da UnB. Mas, nem acaso, nem completamente determinada, a história desta minha formação parece ter sido dialeticamente marcada por certas situações materiais de minha vida (as excelentes escolas onde estudei e as condições financeiras que tive para me manter ‘apenas estudando’), mas “*culturalmente orientadas*” por valores que caracterizavam os espaços institucionais que frequentei e os grupos de professores com quem convivi e aprendi — estou aqui evidentemente parafraseando, ou melhor, diretamente “*roubartilhando*” a famosa formulação de Marshal Sahlins (1981, 1990) sobre a relações entre história e valores.

Então, se digo tudo isso, se me demoro em descrever minha formação, pontuando-a por aquilo que vim produzindo, é pela simples razão de que — realizo hoje — a história de minha formação é o que explica tudo o que fiz, e da forma como fiz: todo meu ensino e toda minha atuação, seja na produção e divulgação de pesquisas, seja na extensão e política, tem como razão, estilo e conteúdo as decorrências de minha formação e da excelência de meus professores. Minha contribuição, talvez, tenha sido apenas a de levar adiante, avançando, reformando aqui e ali, a formação que carrego e que, com orgulho, sim, procuro passar aos meus alunos.

É disso, então, do meu ensino, que tenho de passar a tratar.

## I - Ensino

Como mencionei, fiz concurso para Professor Assistente de Etnologia Indígena na UFPR em 1990, tomando posse ao final do mesmo ano e iniciando as atividades de ensino em março de 1991. Não seria, contudo, minha primeira experiência como professor, pois ainda em 1986, durante o mestrado, tinha assumido o ensino de disciplinas de Antropologia na então Faculdade de Arqueologia e Museologia Estácio de Sá (antes que virasse a empresa de diplomação e negócios educacionais que é hoje), no campus do bairro do Rio Comprido. Sua relativa proximidade com o Museu Nacional tornava possível a compatibilização de horários e tarefas. Era um momento rico naquela Instituição que, incrivelmente para uma Instituição Privada, mantinha uma muito razoável estrutura de ensino e de pesquisa em Arqueologia: lá, naquele momento, fui colega de Osvaldo Raimundo Heredia (arqueólogo afamado, coordenador do curso, e também professor de Arqueologia no Museu Nacional, já falecido), Antônio Carlos de Souza Lima (antropólogo, hoje no Museu Nacional), Romana Maria Costa (largou o doutorado em antropologia no Museu Nacional e hoje é psicanalista no Rio de Janeiro), Andréa Oliveira Castro (arqueóloga e antropóloga, hoje na UFPR), José Sávio Leopoldi (antropólogo, hoje na UFF) e Maria Dulce Gaspar (antropóloga e arqueóloga, hoje no Museu Nacional).

Datando desde então, seriam 32 anos de cátedra, cujos momentos mais significativos são os períodos cumpridos na UFPR e na UFSC até o presente.

### I-1. UFPR

O primeiro semestre letivo na UFPR, em 1/1991, já tinha todas as disciplinas definidas antes mesmo que eu tomasse posse, Mas havia uma disciplina optativa mais ou menos adequada à área de concurso e à minha especialização: chamava-se “Antropologia das Minorias”, e foi o que lecionei, focando nas minorias com que tinha algum conhecimento. A partir do ano seguinte já se oferecia a disciplina “Brasil Indígena” e passei alternar sua oferta com outras disciplinas optativas, como “Rituais e Simbolismo” e “Antropologia e História”, por exemplo. Compunha minhas obrigações didáticas com a oferta simultânea de disciplinas obrigatórias, “Introdução à Antropologia”, “Teorias Antropológicas” e, eventualmente, “Mé-

todos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia”. Penso ter sido poupado pelos então colegas do Departamento de Antropologia da UFPR porque jamais tive de ensinar disciplinas para fora do curso de Ciências Sociais, o que me dava um certo conforto. Entre 1991 e 1994, creio ter sido esta a minha prática de ensino, basicamente alternando disciplinas optativas de Etnologia com disciplinas teóricas ou de formação geral em Antropologia.

Após mais uma longa pesquisa de campo na Amazônia (trato disso um pouco mais adiante), para a qual tive uma licença do departamento, após concentrar toda minha carga didática anual de 16 horas-semanais num único semestre, o ano de 1994 me pega com um algum cansaço e uma certa solidão intelectual em Curitiba, onde até então convivía mais com colegas de outras áreas (Linguística e História, por exemplo) do que com os colegas do próprio departamento. A UFPR tem uma história curiosa. É a mais antiga Universidade do país em atividade constante, pois foi fundada em 1912 e jamais parou suas atividades. É curioso que dela pouco se fale na História do Ensino Superior no Brasil. Junto com o Museu Nacional, a UFPR tem também um dos mais antigos Departamentos de Antropologia do Brasil, criado na década de 1950, por José Loureiro Fernandes, sem que jamais tenha interrompido suas atividades ou se fundido com outros departamentos, como costuma ser a história mais comum no Brasil. Um departamento e uma universidade muito sérios mas, naquele momento, um pouco restrito em termos de áreas de pesquisa e horizontes de interesses. Nesta época, cogitei seriamente alternativas para deixar a UFPR, retornar a Brasília, voltar para o Rio de Janeiro, onde minha primeira esposa tinha laços familiares ou, aceitando um convite feito pela primeira vez, me transferir para a UFSC, mas nenhuma delas acabou se concretizando.

O ano de 1995, quando termino e defendo a Tese de Doutorado, conjuminando com as atividades didáticas exigidas pelo Departamento, encontra a UFPR num processo de profunda transformação, reformas curriculares para os cursos de Graduação e propostas de criação de cursos de Pós-Graduação, que alterariam toda a dinâmica de oferta de disciplinas e o geral da vida acadêmica na Instituição. Num desses surtos de aposentadorias que, também de forma cíclica, contagiam nossas universidades, abriram de imediato 6 vagas, e até 1996, 6 novos colegas se juntariam ao Departamento de Antropologia, mudando radicalmente o perfil da instituição.

Em 1996, eu diminuí minhas obrigações didáticas, assumindo o cargo de Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais, colaborando com o processo de reforma e implantação de um novo modelo de curso de graduação na UFPR. Foi um período de atividade intensa, que acabou me levando a integrar a *Comissão Nacional de Especialistas em Ensino de Ciências Sociais* da Secretaria de Ensino Superior do MEC, na qual ajudei a elaborar o documento que serviria para avaliação geral de cursos de ciências sociais no Brasil (Maggie *et al.*, 1997). Comentarei um pouco mais adiante.

A UFPR tinha um Curso de Especialização reconhecido, e um projeto de sua transformação em Mestrado que demorava alguns anos para se consolidar. Junto com Maria Cecília Solheid da Costa, participei na elaboração das propostas e nas reformulações necessárias ao atendimento dos diferentes pareceres da CAPES em suas fases de aprovação, e a substituí como Coordenadora do Curso, quando aposentou-se na UFPR. Atuei no Mestrado em implantação nas disciplinas de formação teórica, “Teoria Antropológica I” e “Teoria Antropológica II”. Creio que a consolidação definitiva do Mestrado se dá em 1998, quando eu já estava afastado para pós-doutorado na Universidade de Saint Andrews, Escócia. Voltei a atuar nas disciplinas teóricas de formação básica no retorno de St-Andrews.

Permaneci dois anos em St-Andrews, o primeiro como bolsista pós-doc da CAPES, o segundo como “Visiting Scholar” no CIASE — *Centre for Indigenous American Studies and Exchange* ligado à *School of Philosophical and Anthropological Studies*, dirigido por Joanna Overing. Apesar de não lecionar ali, tive um contato bastante intenso com alunos, de graduação e pós, vinculados ao Centro ou ao Departamento de modo geral (ver nos Anexos a declaração de Joanna Overing a respeito). Foi um momento de grande aprendizado e experiência num outro contexto de ensino e formação, bem diferente de nossas tradições no Brasil: ali tudo se dá através de seminários regulares, com envolvimento maciço dos alunos, em que vários convidados ao longo do ano apresentam pesquisas em andamento ou recém concluídas, sempre seguido por sabatinas num peculiar estilo britânico, e algumas vezes seguidas por sessões tutoriais de discussão de aprofundamento de questões levantadas nestas apresentações. Sempre me senti muito à vontade naquele contexto, obtendo um certo reconhecimento dos colegas e da Instituição como um todo (ver seção sobre Homenagens).

Creio que minha experiência e trajetória nos dez anos na UFPR poderia ser bem resumida no seguinte quadro:



Quadro Sintético do Ensino na UFPR		
1991-2001		
Nível	Período	Disciplinas (oferecidas em semestres alternados durante todo o período)
Graduação	1991-1994 (pré-reforma curricular)	Antropologia das Minorias, Brasil Indígena Teorias Antropológicas
Graduação	1995 - 1998 (pré-reforma curricular)	Etnologia Indígena Teoria Antropológica (I e II) Rituais e Simbolismo
Pós-Graduação	1996-1998	Teoria Antropológica I e II
Universidade de St Andrews, UK 1998-2000		
Graduação	2000 - 2001	Etnologia Indígena Teoria Antropológica (I e II) Rituais e Simbolismo
Pós-Graduação	2000-2001	Teoria Antropológica I e II

Dois anos após voltar do Pós-Doc em St. Andrews aceitei o convite, feito pela segunda vez pelos colegas de Florianópolis (o primeiro aconteceu em 1994, como mencionado acima), e me transferei para a UFSC, através de uma redistribuição de cargos, pela qual a UFPR recebeu em troca da minha liberação um cargo vago para preenchimento por concurso. Penso que em função de uma greve em 2001, o segundo semestre letivo daquele ano se estendeu até os começos de 2002. Por isso o primeiro semestre letivo de 2002 começaria em maio, mas os trâmites da redistribuição demorariam um pouco mais. A UFSC então solicitou a “cessão temporária” e a UFPR atendeu. Vim então “emprestado” para a UFSC já para o começo do primeiro semestre letivo de 2002, em maio daquele ano.

## I-2. UFSC

Após sua separação do Departamento de Ciências Sociais (hoje denominado Departamento Sociologia Política, congregando as duas áreas), o Departamento de Antropologia da UFSC teve durante muitos anos uma carga didática relativamente onerosa oferecida para cursos externos. Dada a estrutura e o funcionamento dos cursos de graduação na universidade, tais disciplinas são direcionadas, em nome e conteúdo, a cursos específicos. Não são disciplinas gerais de introdução nas quais podem se matricular alunos de várias opções de cursos. Comparada com outras universidades em que estive, penso que a estrutura dos cursos de graduação na UFSC é demasiadamente “escolar” e menos acadêmica — mais presa às supostas integrações orgânicas de conteúdos curriculares do que à formação geral, aberta e crítica de seu corpo discente. Para várias áreas e vários cursos (as Engenharias e a Saúde, por exemplo) este talvez seja um formato *eficiente*: mas, tenho sempre muitas dúvidas se é de fato um modelo *competente*, e se seria realmente adequado a todas as áreas e todos os cursos. Porém, aqui é assim, e foi assim que eu comecei a dar aulas na UFSC: aula de “Antropologia Cultural” para o curso de Educação Física, à noite, na Piscina Olímpica do Centro de Desportos, ou bem, nas pequenas salas de aulas que ocupam uma parte do mezanino da piscina coberta. Reconheço que não tenha sido uma boa experiência, nem para mim, nem provavelmente para os alunos. Mais treinado para tratar do desenvolvimento de ideias, de autores e de textos, a cobrança que eu sentia ali para simular um conjunto de conhecimentos prontos, na medida certa para o aprendizado superficial de um par de conceitos, se possível apostilados para fácil memorização e “aplicação” imediata às práticas e à situação de cada aluno, deixava-me absolutamente aborrecido e entediado. Assumo a falha, a fraqueza, o fracasso: deveria ser capaz de estimular o interesse em qualquer aluno ou aluna, independente do contexto ou situação — mas aquelas aulas à noite, em salas que pareciam suspensas em densos vapores de uma cloração pesada, e com os alunos e alunas recém saídos de práticas corporais de grande atividade física e bom gasto calórico, creio que me pegaram inteiramente despreparado. Não tive ânimo sequer para tentar uma segunda experiência e, quem sabe, reverter a impressão de completa inadequação entre o que sei e o modo como gosto de ensinar e tudo aquilo que os alunos e alunas do curso de Educação Física talvez precisassem

aprender de Antropologia — mas tinha de ser logo em seguida a disciplinas práticas, à noite e à beira da piscina?!?! Certamente, havia o que ensinar: além de um “kit básico de antropologia” — noção de cultura, relativismo e libelo contra o etnocentrismo e outras formas de preconceito —, somente o capítulo das representações do corpo e das técnicas corporais seria suficiente para ocupar quase todo um semestre. Deveria ser interessante. Mas não o foi.

Já no semestre seguinte, eu deixava as disciplinas externas e passaria a me concentrar naquelas do curso de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Antropologia, no qual fui credenciado muito rapidamente. Um conjunto de reformas curriculares e a expansão das disciplinas de antropologia no curso de Ciências Sociais, ao lado do crescimento da oferta de disciplinas na Pós-Graduação, acabaram trazendo a consequente diminuição radical de disciplinas oferecidas para outros cursos.

Desde então tenho seguido na UFSC basicamente a mesma concentração de disciplinas do período na UFPR, com pequenas variações e, certamente, atualizações. Venho ensinando sobretudo história e teoria antropológica nos cursos de graduação e na pós-graduação, pontuando-as de modo cíclico com outras disciplinas, algumas vezes de natureza mais etnográfica, como Etnologia Indígena, outras vezes mais temáticas, abordando xamanismo, rituais, e outras práticas simbólicas e expressivas. Os nomes das disciplinas variaram ao tempo das mudanças curriculares: o que até 2006 chamava-se “Clássicos da Antropologia” passou a Teoria Antropológica I; e parte do conteúdo do que eram as “Tendências Atuais da Antropologia” passou a “Teoria Antropológica II” e parte para “Teoria Antropológica III”, acrescida da inclusão de temas recentes da Antropologia. Com os nomes antigos ou com os novos, são disciplinas de formação histórica e teórica na antropologia que leciono com grande gosto e o esmero que me é possível. No PPGAS, “História da Antropologia”, obrigatória para todos os mestrandos e para os doutorando que vem de outras áreas, tem sido uma disciplina que ofereço de modo mais ou menos regular.

Diferentemente da UFPR, na UFSC temos a prática de dividir disciplinas, algumas vezes até com mais de um colega, com cada um se ocupando de apenas uma parte do programa. Neste formato, já participei de disciplinas variadas, sempre com colegas de notória competência: dividi algumas vezes “Etnologia Indígena” na graduação com Rafael José de Meneses Bastos, e com ele também os “Seminários Avançados em Teoria Antropológica” (uma disciplina exclusiva para o Doutorado, que os alunos nomearam, com indiscutível ter-

nura, de SATAN — e há SATAN I e SATAN II!); dividi “Etnologia e História” na Pós-Graduação com Oscar Calavia; partilhei “História da Antropologia” na Pós-Graduação com Miriam F. Hartung; e “Tópicos Especiais: Críticas Etnográficas à Antropologia” com José Antonio Kelly Luciani. Resumidamente, seria algo como:

<b>Quadro Sintético do Ensino na UFSC</b>		
<b>2002 - atual</b>		
Nível	Período	Disciplinas
Graduação	até 2006	Clássicos da Antropologia Tendências Atuais da Antropologia Optativas em Etnologia e temáticas
	pós 2006	Teoria Antropológica I, II e III Optativas em Etnologia, Opt. Temáticas e Tópicos Especiais
Pós Graduação	2002-atual	História da Antropologia ME (e DO) Teoria Antropológica I (M) e II (DO) Tópicos Especiais: estudos mitologia e ritual Cursos de Leitura (restrito a orientandos e alunos especiais) sobre tópicos de teoria antropológica

É principalmente nos últimos anos que venho também oferecendo como optativas, na pós-graduação como na graduação, os famosos “Tópicos Especiais em Antropologia” (variação de I quase até o infinito), nos quais assumo programas essencialmente exploratórios, com algum grupo de alunos interessados em certos temas (que tem cada vez diminuído mais, em quantidade e intensidade, pela excessiva especialização a que nossos alunos e alunas estão se vendo levados). Foram disciplinas com número de créditos muito variável, uma vez que as da Pós-Graduação podem variar a partir de 1 simples crédito, numa disciplina com apenas 15 horas totais de atividade. Levando o nome de “Tópicos Especiais”, conteúdo e programa dessas disciplinas cobriram os seguintes campos temáticos:

a) “Críticas aos Estudos de Parentesco” (PG) — explorando questões da famosa crítica de David Schneider aos estudos de parentesco, as tentativas de retomada e o retorno do interesse recentemente;

b) “Antropologia e Moral” (PG) — em que discuti os pressupostos de uma teoria moral subjacente às principais correntes teóricas da antropologia e sua imprecisão descritiva e analítica para dar conta dos materiais etnográficos ameríndios;

c) “Filosofia da Antropologia” (PG e G) — em que propunha uma abordagem mais do que exploratória, especulativa mesmo sobre o arcabouço conceitual do relativismo, a comensurabilidade entre diferentes mundos de sentido, a retomada do problema do animismo por Ph. Descola e a teoria do perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro; e, bem mais recentemente,

d) “Antropologia das Percepções Sensíveis” em que comecei a explorar um terreno de investigação que põe em confronto alguns novos achados das ditas Ciências da Mente e Ciências Cognitivas com abordagens hermenêuticas que invadiram o campo, as teorias psicológicas de “*affordances*” tão em voga em certa Antropologia, e a velha e boa Antropologia levi-straussiana da “ciência do concreto”, das categorias estéticas e do pensamento mítico.

Desde que me transferei para a UFSC, tive também oportunidades para aprofundar a relação de colaboração com vários colegas no exterior. Em 2007, um convite de Neil Whitehead levou-me por 4 meses à Universidade de Wisconsin, Madison, como Bolsista Sênior FULBRIGHT/CAPES. Tal convite veio a partir da minha participação em uma coletânea que ele organizou (Whitehead e Wright, 2004), com um artigo que teve uma repercussão importante (Teixeira-Pinto, 2004a), e que o estimulou a me convidar a participar de um de seus cursos na Universidade. Em 2011-12, fui, novamente como bolsista da Capes, para novo estágio de pós-doutorado no exterior, desta vez na *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), em Paris, quando pude continuar a colaboração com Patrick Menget, iniciada de forma tênue ainda quando eu era aluno no Mestrado no Museu Nacional e ele lá esteve como visitante, mas

retomada na sua vinda para a UFSC em 2009, quando demos juntos uma disciplina de Etnologia Indígena no PPGAS. Durante este estágio na França, não tive participação formal em nenhum curso ou disciplina, mas dei palestras nas atividades de formação dos “americanistas”, em atividades conjuntas do *EREA – Centre de Enseignement et Recherche en Ethnologie Amérindienne - du LESC - Laboratoire d’Ethnologie et de Sociologie Comparative, UMR 7186, da Université de Nanterre* (ver Docs, nos Anexos). Deste período emergem dois trabalhos recentemente publicados. Em dois diferentes momentos, em 2009 e 2013, fui professor visitante em Manaus, dentro do quadro de cooperação entre a UFSC e a UFAM promovida pelo INCT Brasil Plural, do qual sou um dos, por assim dizer, “fundadores”: nos dois casos, foram “mini-cursos” como os chamam, mas que se configuram como atividades regulares de 15 horas-aulas, para os alunos da Pós-Graduação em Antropologia que eles mantêm por lá. Nas duas oportunidades, o objeto do ensino dos cursos foram também aspectos contemporâneos da teoria antropológica, em um deles com o tema específico da recente “virada ontológica” na Antropologia.

É isso o que fiz como ensino.

### I-3. Orientação: Trajetória e Estilo

Quando da minha transferência para a UFSC, tinha duas alunas de Mestrado (o único nível de formação na pós-graduação da UFPR); uma preferiu não continuar a orientação e terminou sua dissertação com a Profa. Cecília Helm; a outra, Adriana C. R. Albernaz, concluiu a dissertação sob minha orientação em 2003 (pelo que agradeço ao PPGAS da UFPR por ter permitido esta orientação externa de uma aluna sua) e, no ano seguinte, ingressou no Doutorado na UFSC também sob minha orientação. Todos os demais orientandos listados abaixo já são diretamente oriundos da própria UFSC ou a que a ela vieram em busca da formação na pós-graduação.

<b>Orientações Concluídas</b>			
Nível	Nome	Título	Ano
<b>Iniciação Científica</b>			
	Paola Gibran	Bolsista em projeto de pesquisa do Orientador	2005-2006
	Cauê Nascimento	Bolsista em projeto de pesquisa do Orientador	2006-2007
	André Luiz Farias	Bolsista em projeto de pesquisa do Orientador	2007-2008
<b>TCC</b>			
	Rafael Palermo Buti	Entre humanos e não-humanos; algumas características de um complexo cosmológico na região Amazônica	2006
	André Luis Farias	Tambores de Almas e Angola: uma etnografia da sessão comum na Almas e Angola – olhando através da música	2008
<b>Mestrado</b>			
	Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz	Tradição e Mudança e o Sentido da História entre os Kaiowa Guarani [UFPR]	2003
	Luís Fernando Hering Coelho (em Coorientação com Rafael J. M. Bastos)	Para uma antropologia da música Arara (Caribe) : um estudo do sistema das músicas vocais.	2003
	Juliana Melo	A reinvenção da sociedade : cotidiano e território entre os Mebengokré (Caiapó) de Las Casas.	2004
	Cinthia Creatini da Rocha	Adoecer e curar : processos da sociabilidade kaingang.	2005
	Moreno Saraiva Martins	Ywyrá'idja : do xamanismo às relações de contato. 2007 auxiliares xamânicos assessores políticos entre os Guarani do Morro dos Cavalos (SC).	2007 (Assessor ISA)
	Rafael Rocha Pansica	Sobre o Perspectivismo Ameríndio e vice-versa	2008 (Doutorando USP)
	Brisa Catão Toti	Os Yanomami, a hutukara e os desafios de seu pacto político.	2013 (Doutoranda UFMG)

	Adriana Inês Strapazzon	Pelos caminhos de manivas e mulheres: conhecimento, transformação e circulação no Alto Rio Negro	2013
	Julia Machado de Souza	O fim do antropocentrismo?: propostas para repensar o não humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis - SC.	2013
	Talita Samanta Sene	Modos de fermentar, sentidos de embriagar e concepções de ser: produção e consumo de caxiris entre senhoras Tukano Oriental de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro.	2015
	Camila Ferreira Marinelli	Ciência e reconhecimento: uma análise etnográfica comparativa entre a percepção dos alunos de pós-graduação da Física e Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.	2016 (Doutoranda University of St-Andrews)
	Leonardo Garcia Carneiro	“PRESENÇA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: des-reterritorializando “indigeneidade” e “modernidade”.	2018
<b>Doutorado</b>			
	Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz	Antropologia, histórias e temporalidades entre os Ava-Guarani de Oco'í (PR)	2009
	Cinthia Creatini da Rocha	“Bora vê quem pode mais”: uma etnografia sobre o fazer política entre os Tupinambá de Olivença (Ilhéus, Bahia). Doutorado	2014
	Thiago Mota Cardoso	Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal.	2016 MENÇÃO HONROSA CAPES 2017
<b>Pós-Doutorado</b>			
	Adriana Romano Átila		2008 -2009
<b>Em andamento</b>			
Mestrado	Felipe Boin Boudin		2019
Doutorado	Tiago Moreira dos Santos		2019
Doutorado	Talita Samanta Sene		2020



Por gosto, pendor ou vocação, mas também por uma absoluta falta de apetite pela organização e pela disciplina exigida em trabalhos coletivos nunca fui um orientador de “fazer escola”, ou definir de antemão o de-fazer dos alunos que eventualmente me procuram em busca de orientação. Ao contrário da forma como exercito a docência (minhas aulas costumam ser ocupadas bem mais por minhas próprias exposições e muito raramente por apresentações de alunos), na prática como orientador, talvez eu seja mais inclinado a “ouvir” os alunos e a tentar conduzir seus próprios interesses do que a fazer espaço para cada um em eventuais projetos meus ou, pelo menos, mais coletivos. Minha experiência como “líder” de Grupo de Pesquisa do CNPq, ou como coordenador de um Núcleo de Pesquisa na UFSC, e de uma pequena rede de pesquisadores ligados ao INCT Brasil Plural (ver adiante), sempre se pautou mais pela busca e garantia de condições e meios para os trabalhos próprios dos alunos e outros pesquisadores envolvidos do que por qualquer plano de realização coletiva de algum programa de investigação comum ao qual eu mesmo, com minhas inconstâncias e inobediências, teria de enfim acabar me submetendo. Inapetência, inaptidão ou, quem sabe, apenas um efeito deslocado, tardio e extemporâneo, de um certo gosto pela reflexão solitária de alguém que achou que, um dia, e por exclusão, viria a ser filósofo.

Por isso, talvez não passe de uma feliz coincidência o fato de que, percebo agora, minha lista de orientações de alguma forma emula aquele duplo interesse manifesto no próprio ensino: ora uma abordagem de problemas de interesse mais diretamente etnográfico sobre povos indígenas (Cinthia, Brisa, Adriana, Moreno, Leonardo, por exemplo), ora um horizonte de interesse mais claramente teórico (Rafael Buti, Rafael Pansica, Leonardo, Adriana, Thiago, como exemplos). Não houve um plano; ainda que alguma coisa pareça ter de fato se realizado no conjunto das orientações.

Num sentido ainda mais evidente, esta mesma dualidade ou partição revelou-se também uma chave de compreensão de minha própria produção escrita, como tentarei indicar a seguir.

## II - Produção Bibliográfica

Listo abaixo a parte principal de minha produção bibliográfica. Penso que se alguma ordem há aí, ela parece realmente obedecer aos mesmos eixos gerais que talvez tenham orientado toda minha trajetória acadêmica, fazendo conviver lado a lado os interesses pela etnologia indígena e um esforço de análise de questões teóricas que, por razões diversas, vieram a me interessar. De um lado, o produto de minha marcante experiência etnográfica entre os Arara (como sempre deve ser na antropologia), de outro meu interesse pela história da antropologia no geral, e alguns aspectos das teorias antropológicas, em particular, e que se manifestam nas próprias preferências de ensino, na graduação como na pós-graduação.

Neste sentido, há claramente um primeiro arco de textos nos quais exploro efeitos de minha própria etnografia entre os Arara, e um outro conjunto nos quais alguns problemas teóricos são tratados, do modo como fui ensinado a fazer, isto é, contra um pano de fundo geral da própria história da antropologia. Há, evidentemente, predileções pessoais, ou convicções teóricas, que orientaram minha trajetória e que aparecem bem expressas na produção.

### II-1. Textos etnográficos

Conjunto de textos nos quais descrevo ou alguns aspectos gerais da vida social Arara, ou problemas etnográficos mais pontuais, como certas práticas rituais, o sistema musical, o sistema de parentesco, a poliginia e certas formas de incesto, dentre outras coisas.

TEIXEIRA-PINTO, M. "Os Arara". In: Santos, L. A. O.; L. M. M. de Andrade. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 153-157, 1988

- TEIXEIRA-PINTO, M. *Os Arara: Tempo, Espaço E Relações Sociais Em Um Povo Caribe*. Rio de Janeiro, Diss. de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 286 pp, 1989
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Corpo, morte e sociedade: Um ensaio a partir da forma e da razão de se esquartejar um inimigo”. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, v. 8, n. 21, p. 52-67, 1993
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Entre esposas e filhos: Poliginia e padrões de aliança entre os Arara (Caribe)”. In: Viveiros de Castro, E. *Antropologia do parentesco: Estudos ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 229-264, 1995
- TEIXEIRA-PINTO, M. *Ieipari: Um Ensaio Sobre Um Tema Ritual Arara (Ou Sobre a Violência, a Predação, a Ética E a Solidariedade Na Amazônia)*. Rio de Janeiro, Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/ Museu Nacional. Tese de doutorado, 343 pp, 1995
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Elementos de uma sinfonia selvagem: A musicografia e o bestiário melódico dos Arara”. *Anais ABA*, Salvador. p. 33, 1996
- TEIXEIRA-PINTO, M. *Ieipari : Sacrifício E Vida Social Entre Os Índios Arara (Caribe)*. São Paulo: Editora Hucitec : ANPOCS; Curitiba, PR : Editora UFPR, 1997
- TEIXEIRA-PINTO, M. “História e cosmologia de um contato. A atração dos Arara”. In: Albert, B.; A. R. Ramos. *Pacificando o branco : Cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP : Imprensa Oficial SP : IRD, Institut de recherche pour le développement, 405-429, 2002
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Being alone amid others : Sorcery and morality among the Arara, carib, Brazil”. In: Whitehead, N. L.; R. Wright. *In darkness and secrecy : The anthropology of assault sorcery and witchcraft in Amazonia*. Durham & London: Duke University Press, 215 - 243, 2004
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Disfarce ritual e sociabilidade humana entre os Arara (Caribe pará)”. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 91, n. p. 2006
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Sobre saias, perucas e apitos: Disfarce ritual e sociabilidade humana entre os Arara (Caribe, pará)”. In: Cavalcanti, M. L. V. C.; J. R. Gonçalves. *As festas e os dias: Ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Une expression amazonienne de l’inceste : La forme transversale d’une interdiction”. *Cahiers d’anthropologie sociale*, v. 15: *La peur de l’inceste*, n. p. 111-126, 2017

TEIXEIRA-PINTO, M. “Incesto e Rede Matrimonial Entre Os Arara: Uma Abordagem Preliminar (Caribe, Brasil, Pará)”. In: *Anais 18th IUAES World Congress*, Florianópolis: ABA/IUAES, 2018

## II-2. Textos história ou teoria antropológica

Um conjunto de textos sobre aspectos da história da antropologia, na vertente que mais aprecio, a Escola Francesa, o Estruturalismo de Lévi-Strauss e seus ecos e rebatimentos na Etnologia Ameríndia.

TEIXEIRA-PINTO, M. “Marcel Mauss: O sacrifício e a dádiva”. In: Paz, F. M. *As aventuras do pensamento*. Curitiba: Ed. da UFPR, 139-171, 1993

TEIXEIRA-PINTO, M. “Emile Durkheim: Raízes e armadilhas de uma idéia de sociedade na virada do século”. In: Paz, F. M.; F. F. [A. Hardman. *Utopia e modernidade*. Curitiba: Ed. da UFPR, 57-94, 1994

TEIXEIRA-PINTO, M. “Lévi-Strauss, as luzes e os instrumentos das trevas: Sobre a moralidade selvagem”. *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 11, n. 1, 2, p. 193-217, 2009

Um texto mais recente, sobre a importância da obra de Patrick Menget na definição de muitos caminhos assumidos na Etnologia Americanista, seja do ponto de vista temático, seja nos planos teórico e analítico. No texto, mostro como a sensibilidade analítica de P. Menget em sua etnografia sobre os *Ikpeng* do Parque Indígena do Xingu, sobre o particular regime de “alteridade” que organiza o mundo de sentido e domínio das relações sociais nativas, já antecipava parcela importante de muito o que, a partir de finais dos anos '80, dominaria o interesse dos etnólogos. Este texto teve uma excelente repercussão em resenhas.

TEIXEIRA-PINTO, M. “Au regard des autres: De quelques aspects de l’altérité dans l’ethnologie amazoniste”. In: Erikson, P. Trophées : Études ethnologiques, indigénistes et amazonistes offertes à Patrick Menget. Vol I. Nanterre: Société d’ethnologie, 65-92, 2016

### II-3. Textos exploratórios

Um outro conjunto de textos teóricos mais exploratórios, seja apontando questões teóricas e analíticas comumente negligenciadas mas que se revelaram importantes a partir da etnografia Arara, seja propondo algumas novas abordagens, mesmo que provisórias ou especulativas, para alguns novos e velhos problemas da etnologia ameríndia.

TEIXEIRA-PINTO, M. “Relações de substância e classificação social: Alguns aspectos da organização social Arara”. *Anuário Antropológico*, v. 90, n. p. 169-204, 1993

TEIXEIRA-PINTO, M. “Histórias de origem e relações ambíguas: Notas comparativas sobre um simulacro da questão étnica no Brasil”. In: Villas Bôas, G.; M. A. Gonçalves. *O Brasil na virada do século: O debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 192-213, 1995

TEIXEIRA-PINTO, M. “Artes de ver, modos de ser, formas de dar: Xamanismo, pessoa e moralidade entre os Arara”. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 62, n. p. 2004

TEIXEIRA-PINTO, M. “Ontological transformations and moral conceptions among amerindian societies (Project Statement - Fulbright Scholar Program)”. 2006

TEIXEIRA-PINTO, M. “Sociabilidade, moral e coisas afins: Modelos sociológicos e realidade ameríndia”. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 90, n. p. 1-43, 2006

TEIXEIRA-PINTO, M. “Transformações ontológicas e concepções morais entre os Arara”. *Antropologia em Primeira Mão*, v. 91, n. p. 1-38, 2006

## II-4. Miscelânea

Um subconjunto de “textos de ocasião”, apresentação e anais de eventos e peças de gestão ou política acadêmica (Apenas os textos que tiveram maior divulgação e/ou circulação pública).

- Entrevista

COFFACI DE LIMA, E.; TEIXEIRA-PINTO, M. “Roque de Barros Laraia: Entre a antropologia e o indigenismo: Reflexões sobre uma trajetória”. *Campos: Revista de Antropologia Social*, v. 1, n. p. 147-165, 2001

- Apresentação de volumes

SOLHEID DA COSTA, M. C.; M. TEIXEIRA-PINTO. “Introdução”. *In: Solheid da Costa, M. C.; M. Teixeira-Pinto*. Curitiba: 7-9, 1993

SOLHEID DA COSTA, M. C.; TEIXEIRA-PINTO, M. (eds.). *Identidade, Imigração E Memória*. Curitiba: PPGAS/UFPR, 1993

- Projetos de reforma institucional (UFPR)

TEIXEIRA-PINTO, M.; LANNA, M. *et al.* “Projeto acadêmico e qualificação docente no departamento de antropologia da UFPR”. Manuscrito, 1996

TEIXEIRA-PINTO, M. “Projeto acadêmico e ocupação da força de trabalho: O departamento de antropologia da UFPR na matriz de vaga docentes”. Manuscrito, 1997

- Alguns textos apresentados em eventos (Brasil e Exterior)

TEIXEIRA-PINTO, M. "Beyond the otherness - body, person, cosmos and society: Aspects of Arara (carib) morality". Paper presented at the Anthropology Seminar, University of St Andrews, 1999

TEIXEIRA-PINTO, M. 'Would you trust an Amazonian Headhunter?'. *Presented at the International Workshop, 'Trust as a moral value in Amazonia'*, May 1999

TEIXEIRA-PINTO, M. "Kinship, ritual and cosmology: A note on hierarchical oppositions amongst the Arara (Carib, Brazil)". Paper presented at the *International Symposium 'The Anthropological Ideas of Louis Dumont'*, Department of Social Anthropology at University of St Andrews, CNRS/EHESS, 2000

TEIXEIRA-PINTO, M. "Entre Uns e Outros: Relação, Diferença e Transformação Entre Os Arara". *In: Anais do Fórum de Pesquisa "Transformações Indígenas"*, XXIV Reunião da ABA, Olinda, PE: 2004

TEIXEIRA-PINTO, M. "Subjetividade, sujeição e sociedade: Reflexões sobre os fundamentos de uma moralidade ameríndia". Trabalho apresentado no Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2005

TEIXEIRA-PINTO, M. "De l'hostilité et des bonnes manières: esquisse d'une éthique amérindienne". Société des américanistes . Musée du quai Branly, décembre, 2011

TEIXEIRA-PINTO, M. L'Amazonie et l'anthropologie des rituels, Séminaire d'anthropologie américaniste. Centre Enseignement et recherche en anthropologie américaniste (EREA) du Laboratoire d'ethnologie et de sociologie comparative. LESC/Université de Paris, Nanterre, 2011-2012.

TEIXEIRA-PINTO, M "What 'Ontology' means ... in Amazonia (from an Anthropological Point of View)". Trabalho apresentado no Colóquio Internacional VIII Colóquio "Pensamento, Objeto e Linguagem" (POL) promovido pelo Departamento de Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná, e pelo Filosofia e Ciência Cognitiva POL Research Group, em 25 de novembro de 2013 .

TEIXEIRA-PINTO, M. "As Religiões de Métraux: Xamãs, Feiticeiros, Zumbis e Canibais Entre a História e a Etnografia". *In: Anais Aproximações Transatlânticas: 50 anos da Antropologia de Alfred Métraux*, Recife: PPGAS/UFPE, 2014

## II-5. Em fase de submissão ou prelo

Uma versão, razoavelmente diferente, e em português, feita a partir do texto escrito em homenagem a Patrick Menget, que por ter recebido uma boa acolhida, mas publicado na França numa coleção de difícil acesso aqui no Brasil, gerou demandas de colegas para seu acesso mais fácil.

TEIXEIRA-PINTO, M. Com O 'outro' Nos Olhos: Alguns aspectos da alteridade na etnologia amazônica. Submetido em agosto de 2018 ao *Anuário Antropológico*, Vol. 2 de 2018 [Aceito para publicação, em fase de revisão final]

Há, enfim, um último texto, escrito a 4 mãos com Miriam Furtado Hartung encomendado pelos organizadores para um volume em homenagem ao Prof. Phillipe Descola, da *EHESS* e do *College de France*, que nos recebeu na França com sua conhecida gentileza. O artigo trata de duas distintas realidades amazônica, indígena e quilombola, e de sua possibilidade de comparação, tentando superar algumas dicotomias tradicionais (“etnologia indígena x estudos afro-americanos” ou “índios x negros”), apontando sua inutilidade para se compreender os modos de organização e regulação de relações sociais (o cálculo cultural do parentesco e os mecanismos de evitação de relações indesejadas, por exemplo) que nada devem a qualquer dimensão étnica. É um artigo escrito a partir de pesquisas de campo que começamos a fazer desde 2005 na região do Baixo Amazonas, financiadas pelo Instituto Brasil Plural, e que foi objeto de algumas de nossas atividades comuns durante o Pós-Doutorado em Paris :

TEIXEIRA-PINTO, M.; M. F. HARTUNG. “Continuités, discontinuités et l’ontologie des formes sociales : Deux cas amazoniens.”. In: Cometti, G.; P. Le Roux et al. *Volume d’hommage à Philippe Descola*. Paris: EHESS/College de France, [a sair em 2019]



### III - Extensão e atuação política

(Estão agregados aqui os itens incluídos nos incisos IV a XIII do Art.5º Portaria 982/MEC/2013, atendendo ao sugerido no Inciso III do Parágrafo 3º da Resolução Normativa 114/2017/CUN/UFSC)

Dentre várias atividades que poderiam ser arroladas, quero dar destaque às três primeiras elencadas aqui, porque as reputo como as mais conectadas com a carreira acadêmica, por serem desdobramentos da *expertise* obtida pelo trabalho de pesquisador em etnologia indígena em geral, e com os índios Arara em particular, ou são decorrências da própria atividade docente numa Instituição Federal de Ensino Superior.

#### III-1. O envolvimento no processo de identificação e demarcação da Área Indígena Cachoeira Seca para usufruto exclusivo dos índios Arara.

Em 1994, fui nomeado pelo Sr. Presidente da Funai e, em seguida, pelo Exmo. Ministro da Justiça para realizar novos estudos sobre a identificação do grupo indígena aldeado junto ao Posto Indígena Cachoeira Seca, no Alto Rio Iriri (Pará), sua auto-identificação étnica, sua relação com outros subgrupos Arara e, principalmente, seu território tradicional e a definição de uma área para sua posse permanente. Conflitos fundiários, extração ilegal de madeiras nobres, incertezas e controvérsias jurídicas, e um clima geral de afronta e violência difusa regiam toda a situação que envolvia aquele subgrupo Arara e diferentes tipos de colonizadores da Transamazônica — os assentados pelo INCRA no início dos anos '70, nas agrovilas imaginadas como solução para o “Vazio Verde” como se imaginava então a Amazônia, os milhares de migrantes induzidos pela Cotrijuí (empresa agroindustrial que havia recebido autorização governamental para ocupar uma imensa área na região com núcleos de pequenos agricultores dispersos ao longo da rodovia), e toda a sorte de gente miserável e

desvalida que compõe a população transitória em torno destas grandes e desajeitadas obras federais, como foi a Transamazônica no passado, e como o é hoje em dia a tragédia em torno de Belo Monte. Os índios não são as únicas vítimas nestes processos!

O grupo indígena em questão tinha sido contatado pela Funai apenas em 1987, quando eu já estava em campo em pesquisa com os Arara, no Baixo Iriri, quase junto à sua foz no Rio Xingu. Inércia dos poderes públicos, incompetência administrativa, laudos antropológicos levianos e irresponsáveis, e um parecer jurídico mal-ajambrado saído da Procuradoria Geral da República, pedindo ao Supremo Tribunal Federal a declaração de Inconstitucionalidade dos atos que protegiam a área de Cachoeira Seca e os índios ali contatados, tinham levado ao aumento criminoso da tensão na área — que nunca é pouca em se tratando de posse fundiária, de índios, e de muitos interesses agro- , aos quais várias vezes (ainda que não necessariamente) se colam os piores projetos socioambientais para um país.

Além do conhecimento sobre a história do povo Arara, daquilo que eu já sabia sobre aquele novo grupo e sua relação com os demais subgrupos Arara, e de tudo o que já tinha aprendido em campo (já contava com 7 anos de pesquisa entre eles), a situação a ser resolvida e o clima geral na área cobravam também muita precaução, o cultivo da prudência e doses abundantes de cautela. Resolvi apelar também para as forças de segurança. Usando da prerrogativa da designação ministerial, pedi apoio à Polícia Federal e ao Exército para fazer uma grande reunião em Altamira, convidando todos os envolvidos, autoridades municipais da região, sindicatos rurais, movimentos sociais, políticos, empresários, colonos, pequenos agricultores de assentamentos oficiais ou não, e todo o resto de interessados avulsos que se interpunham às medidas de proteção àqueles índios. Sob o zeloso abrigo de agentes da PF e de um pelotão do 51º Batalhão de Infantaria de Selva, que mandou junto um oficial superior representando o comando da tropa, a reunião foi realizada nas instalações de um campus avançado da Universidade Federal do Pará: reunião longa, tensa, na qual todos, ou quase, falaram sobre suas histórias dramáticas de chegada àquela região, das promessas do INCRA e outros órgãos do Governo, e das dificuldades para sua instalação, sobrevivência e, enfim, melhoria nas condições de vida naqueles rincões de aparência abandonada.

Eu tinha a meu favor o fato de que a viagem estava apenas começando e, por isso mesmo, podia fazer escusas ao fato de não ter muito o que afirmar sobre toda a situação, a não ser o que já era óbvio e politicamente inegociável: pelas informações que tinha, se tratava sem dúvida alguma de um subgrupo do mesmo povo Arara, aldeado a jusante do Rio Iriri, o que implicaria em sempre defender a proteção de uma área contínua para seu uso exclusivo; mas nada poderia afirmar sobre os limites e a extensão de uma área a ser proposta. Contudo, era de mesmo modo inegociável para mim o fato de que havia igualmente muito fundamento nas queixas e demandas de muitos colonos, posseiros, viventes levados para aquela região por programas oficiais e que não poderiam ser deixados mais uma vez aos “deus-dará”, como ocorre muitas vezes por efeito deletério das intervenções em defesa dos direitos indígenas, inegociáveis no princípio. Seria preciso encontrar mediações e alternativas — e deixei essa posição muito clara para todos naquela reunião.

O acerto político da reunião revelou-se na relativa distensão conseguida na região, na suspensão das invasões que se avolumavam, se autofinanciando com a exploração e venda ilegal de madeiras nobilíssimas e num moderado clima de um otimismo contido quanto ao que seria proposto ao final de meu trabalho. Com este clima mais favorável e num ambiente um pouco mais amistoso, pude enfim circular pela cidade de Altamira, preparando a viagem às duas áreas indígenas, adquirindo víveres e equipamentos necessários à permanência em campo.

Foram 50 dias de caminhada e acampamento floresta a dentro, percorrendo com indivíduos de diferentes subgrupos Arara alguns dos inúmeros pontos reconhecíveis ao longo de todo o território em disputa, com valor cultural significativo, reconhecimento histórico, importância para suas atividades econômicas ou para a preservação ambiental, dado o conhecimento disponível sobre a área até aquele momento. Ao fim desta excursão, eu estava 17 quilos mais magro, e alguns anos mais velho. Mas saí dela também com um conhecimento incomparável sobre dimensões da vida Arara que conhecia apenas superficialmente a partir das aldeias, um vínculo afetivo ainda maior com vários indígenas, e uma admiração profunda pelo Sertanista Afonso Alves da Cruz. Afonso havia participado da atração dos Arara desde seu início em 1969 e permanecia atuando junto a eles. Ele se prontificara a seguir comigo naquela excursão de finalidade incerta e de resultado ainda obscuro: nem eu, com meus, naquele momento pouco úteis saberes teóricos sobre os Arara, nem Afonso com sua

enorme experiência e sabedoria prática com a mata e com os índios, sabíamos se os Arara compreenderiam de fato a tarefa que tínhamos, se aceitariam participar conosco, se o encontro de membros de diferentes subgrupos, separados por sérios conflitos no passado, se daria de bom grado e com bons modos, se enfim faríamos o que imaginávamos que teríamos de fazer. Fizemos; com muitos índios a nosso lado e como nossos guias pelo interior de uma floresta que, para eles, é plena de trilhas, marcos, recursos, possibilidades e dimensões completamente invisíveis para nós, assim, a “olho nu”.

Disto tudo resultou um relatório, que incluía o reconhecimento nativo da história comum aos diferentes subgrupos e a mútua identificação entre alguns de seus indivíduos mais velhos, a localização de pontos de valor para os nativos, localizados por GPS e marcados em cartas geográficas, na extensão de um vasto território, uma proposta de limites baseados no interesse antropológico e em critérios ambientais, e um mapa esquemático (Teixeira-Pinto, 1994). Minha proposta para a área indígena liberava extensas porções de terra ao longo do leito da rodovia Transamazônica, área de maior interesse de colonos oficialmente alocados ali ou habitantes do lugar há décadas, mas incorporava áreas de serras e nascentes de cursos d’água, de grande interesse para a sobrevivência física e cultural dos índios a longo prazo. Essa posição, digamos, conciliatória, levou-me a situações pessoais dramáticas e a rompimentos de relações com pessoas e entidades que antes cerravam fileiras no apoio irrestrito ao meu envolvimento na questão. A ABA, à época sob a gestão do Prof. João Pacheco de Oliveira, um notório defensor dos direitos territoriais indígenas, deu-me forte apoio e grande suporte, publicamente.

Entregue ao Dr. Márcio Santilli, que assumira recentemente como Presidente da Funai, com uma súmula endereçada ao Dr. Nelson Jobim, Ministro da Justiça sob a mira da ação da PGR, o Relatório foi muito bem recebido e rapidamente aprovado nas instâncias internas. Foi, para seu alívio, imediatamente incorporado às decisões do Ministro sobre a questão, e provocou a anulação jurídica do pedido de inconstitucionalidade das portarias anteriores sobre a área indígena. Pressões de outras ordens e toda sorte de dificuldade no andamento do processo nas várias instâncias por onde essas coisas caminham, impediram seu curso normal. Desde então, idas e vindas (de pedidos, pessoas e documentos), chegadas e partidas (de pessoas e de documentos), inércia (de pessoas e documentos) e o mais simples desinteresse (de pessoas), empurraram tudo por muito tempo, ao longo do qual respondi às iniciais

de uma ação civil pública movida contra mim na Justiça Federal do Pará com a acusação de “fraude antropológica” — por ter supostamente “inventado um povo indígena” (sic) e imobilizado um imenso território, de mais de 700 milhões de hectares! A oficialização da área só meio muito recentemente, após o Dr. Márcio Meira, Presidente da Funai nos Governos Lula, ter conseguido incluí-la como condicionante para a construção de Belo Monte (Federal, 2016; ISA, 2016; Justiça, 2016). Por outra sorte, todo este envolvimento em torno da Área Indígena Cachoeira Seca/Iriri mereceu, junto com alguns outros casos de igual impacto e densidade política, administrativa e acadêmica, uma dissertação de mestrado defendida recentemente no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais na Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Dos Santos, 2014; mas, ver também Dos Santos, 2017)

Se conto isso com algum detalhe, não é apenas pelo muito que representa para um antropólogo, pelo compromisso ético com as populações com que estudamos, mas também é para assinalar, aproveitando o momento de balanço de uma carreira, que não há novidade alguma naquilo por que hoje tanto choramingam os novos colegas quando envolvidos na defesa destas populações com que nos envolvemos profundamente: nunca foi de outro modo, e são tolos os que pensam que antes era mais fácil. Que neste Memorial fique então o registro destas memórias, para que não se as esqueça!

### III-2. Colaboração com o Painel de Especialistas sobre a UHE Belo Monte

Se a solução jurídica da Área Indígena Cachoeira Seca/Iriri teve na construção da UHE Belo Monte um bom desfecho, todo este mesmo projeto do aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu sempre foi objeto de enorme polêmica. Em duas oportunidades, fui chamado a participar produzindo textos, provendo dados, ajudando em análise e em propostas. Na primeira, ainda em 1988, um enorme conjunto de pessoas e entidades mobilizadas em torno da Comissão Pró-Índio de São Paulo conseguiu intervir profundamente, suspendendo os projetos das barragens em nome de melhores e mais cuidadosos estudos sobre todo seu impacto na população indígena e ribeirinha (Teixeira-Pinto, 1988). Mais recentemente, não tivemos mais nem a mesma sorte, nem o mesmo apelo nem na opinião pública, nem na sensibilização dos órgão de governo e de fomento. Mas se avolumaram bastante os

seríssimos estudos produzidos por um Painel de Especialistas, congregando pesquisadores de várias áreas, do qual fui um dos consultores de primeira hora, apontando equívocos e mostrando os impactos já causados e as trágicas consequências se não forem tomadas medidas de contenção e mitigação (Magalhães e Hernandez, 2009: 6; sobre a mesma questão, ver também a iniciativa só de antropólogos em Oliveira e Cohn, 2014).

Estas foram experiências nas quais o conhecimento como pesquisador era o que estava em questão.

### III-3. A participação no Comitê de Especialistas em Ensino em Ciências Sociais - SESu/MEC

Como mencionado em seções anteriores, a atuação que tive como coordenador da Graduação em Ciências Sociais na UFPR, entre 1996 e 1998, acabou implicando num convite da Profa. Yvonne Maggie da Universidade Federal do Rio de Janeiro para compor a Comissão de Especialistas em Ensino em Ciências Sociais que, assessorando a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, e a partir de um documento que explicitava os critérios de julgamento e os padrões esperados para os cursos na área (Maggie *et al.*, 1997) analisava pedidos de abertura de cursos ou seu reconhecimento pelo MEC. Foi uma rica experiência tanto na própria SESu (o Secretário era o Prof. Abílio Baeta Neves) e no MEC como um todo (há “bolsões de eficiência” em vários nichos do Serviço Público Federal), quanto em visitas a várias instituições, permitindo um conhecimento do sistema de ensino que vai além de um horizonte mais curto quando ficamos retidos numa única instituição. O trabalho na Comissão andava sempre bem afinado, conduzido por maestrina de talento, e com um belo consenso pró-expansão do ensino nas ciências sociais. Um grande aprendizado. Imagino que um bom serviço prestado e uma colaboração decente ao sistema de ensino ao qual pertenço — desta vez como professor, com alguma experiência a dividir.

### III-4 . Outras consultorias, pareceres, comissões

(Nos anexos encontram-se alguns dos documentos comprobatórios)

Nestes anos todos, prestei assessoria também a Fundações de Amparo à Pesquisa — São Paulo, Bahia, Paraná — , à CAPES quando era bolsista no Exterior, emitindo pareceres a novos pedidos , e ao CNPq, sobretudo nos pouco mais de dez anos período em que fui bolsista de Produtividade, entre 2000 e 2012.

Fui também parecerista de várias Revistas (MANA; Campos; Cadernos de Campo; Ilha; Estudos Ibero-Americanos; RUNA: Archivo de las ciencias del hombre-Argentina, Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, por exemplo), membro de Comitê Editorial de várias outras (História: Questões e Debates; Ilha; APM).

### III-5 . Eventos

- Ao lado da produção publicada, há um boa variedade de trabalhos apresentados em eventos de diferentes naturezas, desde os tradicionais da área — com as Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), ANPOCS, e as Reuniões de Antropologia do Mercosul (RAM) — até eventos mais restritos, como Colóquios, Conferências e Palestras isoladas, algumas das quais no exterior. Nos Anexos incluo declarações e certificados de uma amostra destas atividades nos anos mais recentes (nos anexos podem ser encontrados, organizados por ano, certificados de alguns eventos significativos).

- Organizei, com colegas, GTs em diferentes Reuniões da ABA, da Anpocs e nas RAMs.

- Organizei com Miriam Hartung a Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2001, em Curitiba, e participei ativamente da Organização da RAM seguinte, em 2003 em Florianópolis;

- Durante alguns anos, o Núcleo de Pesquisa que coordeno na UFSC, certificado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, organizou seminários e conferências abertas, nos quais também participei com apresentador. Os seminários do Núcleo fizeram época e há uma geração de alunos de graduação e de pós-graduação, de minha orientação ou de colegas, que complementou sua formação nas atividades deste Núcleo, que porta o chistoso nome de A-Funda: Núcleo de Pesquisa em Antropologia Fundamental ou Fundamentos da Antropologia.

- Durante toda sua existência e atuação (2013-2010), fui membro do NUTi - Núcleo de Transformações Indígenas, coordenado por Eduardo Viveiros de Castro, Programa Pronex CNPq/FAFERJ, participando de eventos variados e apresentando trabalhos em seminários de discussão;

### III-6. Participação em bancas de concursos, de mestrado ou de doutorado

Apenas transcrevo aqui a lista de atividades (tiradas do CV-Lattes, com seus inconcertáveis problemas de formatação e minha adicional inabilidade contumaz em preenchê-lo). São atividades que, penso, mesmo sendo parte intrínseca de nossa faina, não tem só por isso qualquer mérito intrínseco — o mérito nisso tudo é dos alunos que defenderam as dissertações e as teses, e os que passaram nos concursos, em cujas bancas estive.

#### Mestrado

1. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Camila Ferreira Marinelli. Ciência e Reconhecimento: Uma análise etnográfica comparativa de alunos de pós-graduação em física e em sociologia política na UFSC., 2016

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

2. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Ana Maria Antunes Machado. Lutamou: relações interétnicas e protagonismo feminino no



Papiou, no contexto de um conflito intercomunitário Yanomami, 2015

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

3. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Talita Samanta Sene. Modos de fermentar, sentidos de embriagar e concepções de ser: produção e consumo de caxiris entre senhoras Tukano Oriental de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro, 2015

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

4. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Julia Machado de Souza. O fim do antropocentrismo? propostas para repensar o não-humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis/SC, 2013

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

5. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Brisa Catão Toti. Os Yanomami, a Hutukara e os desafios de seu pacto político, 2013

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

6. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Adriana Ines Strappazzon. Pelos caminhos de manivas e mulheres, 2013

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

7. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; RIFIOTIS, T.; BODE, P.

Participação em banca de Maíra Marchi Gomes. O lado negro do preto: o fardo da farda: narrativas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de Polícia, 2010

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

8. SILVA, M. F.; PERRONE-MOISES, B.; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Edson Tosta Matarezio Filho. Ritual e Pessoa entre os Waimiri-Atroari, 2010

(Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) Universidade de São Paulo

9. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Moreno Saraiva Martins. Ywyrá'idja: do xamanismo às relações de contato - auxiliares xamânicos e assessores políticos entre os Guarani do Morro dos Cavalos (SC), 2007

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

10. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Alexandre Ferraz Herbetta. A "ídioma" dos Índios Kalankó: por uma etnografia da música no Alto Sertão Alagoano, 2006

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

11. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; LANGDON, E. Jean; MULLER, R.; MELO, M. I. C.

Participação em banca de Marcelo Barbosa Spaolonse. Uma Tradição em Performance: corporalidade, expressividade e intercontextualidade num rito de iniciação social entre os Xavante de Sangradouro, 2006

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

12. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; SILVA, Márcio Ferreira da; LANGDON, E. Jean

Participação em banca de Cinthia Creatini da Rocha. Adoecer e curar: Processos da sociabilidade kaigang, 2005

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

13. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; LANGDON, E. Jean; SAEZ, Oscar Calavia

Participação em banca de Juliana Melo. A Reinvenção da Sociedade: cotidiano e território entre os Mebengokré (Caiapó) de Las Casas, 2004

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

14. GONÇALVES, M. A.; LAGROU, E.; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Vera Lúcia de Oliveira. Mba'e VyKy: o que a gente faz - cotidiano e cosmologia, 2003

(Programa de pós-graduação em sociologia e antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro

15. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; BASTOS, Rafael; WERLANG, Guilherme; MONTARDO, Deise Luci

Participação em banca de Luis Fernando Hering Coelho. Por uma Antropologia da Música Arara: um estudo do sistema das músicas vocais, 2003

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

16. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; LIMA, Tânia Stolze; LIMA, Edilene Coffaci de

Participação em banca de Adriana Albernaz. Tradição, Mudança e o Sentido da História entre os Kaiowá Guarani, 2003

(Antropologia Social) Universidade Federal do Paraná

17. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; LITAIFF, A.; BASTOS, R. J. M.

Participação em banca de Kátia Dallanhol. Jerojy e Jeroky: Por uma antropologia da música entre os Mbya-Guarani, 2002

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

18. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; GALLOIS, D.; SILVA, Márcio Ferreira da

Participação em banca de Carlos Machado Dias Junior. Próximos e Distantes: estudo de um processo de descentralização e (re)construção de relações sociais na região sudeste das Guianas, 2001

(Ciência Social (Antropologia Social)) Universidade de São Paulo

19. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; BURMEISTER, A.

Participação em banca de Janaina Zito Losada. Desejos e Melancolias: Uma história da Idéia de Natureza no Brasil, 1997

(História) Universidade Federal do Paraná

20. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; BASTOS, R. J. M.

Participação em banca de Domingos A. B. Silva. Música e Pessoalidade: Por uma antropologia da música entre os Kulina do Alto Purus, 1997

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

21. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; BURMEISTER, A.

Participação em banca de Vidal Antônio de Azevedo Costa. Visões Ascendentes: Fragmentos do Olhar Curitibano aos mais leves que o ar, 1997

(História) Universidade Federal do Paraná

22. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; BURMEISTER, A.

Participação em banca de Luis Fernando Lopes Pereira. Paranismo: Cultura e Imaginário no Paraná da I República, 1996

(História) Universidade Federal do Paraná

Doutorado

1. TASSINARI, A.; HUGH-JONES, S.; Andrello, G.; LANGDON, E. Jean; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Melissa Santana de Oliveira. Sobre casas, pessoas e conhecimentos: uma etnografia entre os Tukano, 2016

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

2. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Cinthia Creatini da Rocha. Bora vê quem pode mais: uma etnografia sobre o fazer política

entre os Tupinambás de Olivença (Ilhéus, BA), 2014

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

3. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de América Yanira Larrain Gonzales. Artisticidade, etnicidade e política no Caribe colombiano: uma etnografia dos Zenú e seus outros, 2012

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

4. SAEZ, O. C.; BASTOS, R. J. M.; MALUF, S. W.; ATHIAS, R.; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Cláudia Pereira Gonçalves. “Divino Tserewahú, Vídeo nas Aldeias Et alii: uma etnografia de encontros intersocietários”, 2012

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

5. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz. Antropologia, História e Temporalidades entre os Avá-Guarani de Oco'y, 2009

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

6. LANGDON, E. Jean; FAUSTO, Carlos; MELO, M. I. C.; TEIXEIRA-PINTO, Marnio; LIMA, Edilene Coffaci de

Participação em banca de Laura Perez Gil. Metamorfoses Yaminawa. Xamanismo e socialidade na Amzônia peruana, 2006

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

7. SAEZ, Oscar Calavia; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; Fonseca, C.; MONTARDO, Deise Luci; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Lisiane Koller Lecznieski. Estranhos Laços: Predação e Cuidado entre os Kadiwéu, 2005

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

8. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; SILVA, Márcio Ferreira da; LANNA, Marcos; LEA, Vanessa; PERRONE-MOISÉS, Beatriz

Participação em banca de João Dal Poz Neto. Dádivas e Dívidas na Amazônia: Parentesco, Economia e Ritual entre os Cinta-Larga, 2004

(Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas

9. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; RAMINELLI, R.

Participação em banca de Ana Luiza Fayet Sallas. Ciência do Homem e Sentimento da Natureza: Viajantes Alemães no Brasil do século XIX, 1998

(História) Universidade Federal do Paraná

Exame de qualificação de doutorado

1. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Talita Samanta Sene. As senhoras da fermentação: produção e consumo de caxiri entre os Desana do Alto Rio Negro, 2016

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

2. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; BASTOS, R. J. M.; Zea, E. M. S.

Participação em banca de João Carlos Albuquerque Souza de Almeida. Awapá: a música na produção de Pessoas e grupos no Alto Xingu a partir dos Yawalapiti e outras aldeias, 2016

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

3. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de João Jackson Bezerra Vianna. Os Baniwa e os Brancos: transformações mito-cósmicas do Rio Aiari (Noroeste Amazônico), 2016

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

4. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Myriam Martins Alvares. Alteridade e História entre os Maxakaliória entre os Maxakali, 2015

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

5. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Rafael de Medeiros Knabben. Aprender a apreender: um estudo sobre as transformações do modo com a que Polícia Militar de Santa Catarina lidou com manifestações públicas em Florianópolis entre 2004 e 2013, 2015

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

6. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Diógenes Egidio Cariaga. Modos de criatividade e regimes de reciprocidade entre os Kaiowa em Mato Grosso do Sul, 2015

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

7. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Hanna Cibele Lins Rocha Limulja. Onde sonham os xapiripê brilhantes Para uma etnografia

dos sonhos entre os Yanomami do Toototopi, 2015

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

8. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Marta Magda Antunes Machado. Para uma etnografia de relações familiares na Freguesia do Ribeirão da Ilha (Florianópolis/SC), 2007

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

9. LANGDON, E. Jean; TASSINARI, A.; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Laura Perez Gil. O Sistema Xamânico Yaminawa, 2003

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

#### Graduação

1. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Rafael Palermo Buti. Entre Humanos e não-Humanos: algumas características de um complexo cosmológico na região amazônica, 2006

(Ciências Sociais) Universidade Federal de Santa Catarina

2. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; HARTUNG, Miriam Furtado; GROISSMAN, Alberto

Participação em banca de Priscila Brandão Martins da Nóbrega. Adorai as Santas Almas, 2004

(Ciências Sociais) Universidade Federal de Santa Catarina

3. BASTOS, R. J. M.; HARTUNG, Miriam Furtado; TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Ana Ribeiro Aídar. Mundo Cão: uma etnografia dos sistemas de cuidados com os cachorros em Florianópolis, 2004

(Ciências Sociais) Universidade Federal de Santa Catarina

4. TEIXEIRA-PINTO, Marnio; LIMA, Edilene Coffaci de

Participação em banca de Leticia de Paiva Rothen. Identidade Étnica na terra Indígena de São Jerônimo, 2000

(Ciências Sociais) Universidade Federal do Paraná

Exame de qualificação de mestrado

1. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Bruno Nascimento Huyer. O perigo dos brancos: mitos, parentesco e mestiçagem entre os Mbya-Guarani no Cone Sul, 2016

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

2. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Camila Ferreira Marinelli. Entre as rachaduras do conhecimento científico: um estudo sobre a constituição do conhecimento científico na UFSC, 2014

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

3. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Lianor Maria Mattos e Silva Basso. Memória do futuro: uma etnografia do brincar na Costa da Lagoa da Conceição, 2014

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

4. TEIXEIRA-PINTO, Marnio

Participação em banca de Talita Samanta Sene. Modos de fermentar, sentidos de embriagar e concepções de ser: relações entre as possíveis teorias Pa'miri sobre caxiris e pessoas, 2013

(Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina

Concurso público

1. Banca de Concurso Público para Professor Adjunto, 2010

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2. Concurso para Professor Adjunto, 2009

Universidade Federal do Rio de Janeiro

3. Presidente da Banca de Concurso Público para Professor Adjunto -, 2009

Universidade Federal de Santa Catarina

4. Banca de Concurso Público para provimento de vaga de Professor Assistente de História da Antropologia, 1996

Universidade Federal do Paraná

5. Banca de Concurso Público para Provimento de Cargo de Professor Assistente de Teoria Antropológica, 1995

## IV - Administração e gestão universitária

Apresento aqui apenas um rol de fatos e eventos ligados a essa dimensão da vida acadêmica, não por dar a eles importância pessoal menor ou lhes atribuir particular desvalor intrínseco. Eles são parte inerente da vida, mas muito provavelmente não se distinguiriam por nada mais se não fosse a obrigação exaustiva do registro fiel demandado por esta “*audit culture*” em que passamos a viver e que, por fim, impossibilita seu esquecimento, necessário e por ora tão desejado. Além do que já tenha eventualmente indicado e comentado em seções anteriores, quase nada tenho a acrescentar.

Desde meu ingresso como Professor na UFPR, e continuando na UFSC, tive os seguintes cargos na administração universitária ou a ela associada:

- (1991 - 1995): Vice-coordenador, e depois Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia na UFPR ;
- (1996 - 1998): Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais na UFPR;
- (1997 - 1998): Comissão de Especialistas de Ensino em Ciências Sociais do MEC;
- (2004 - 2005): Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, com Rafael José de Meneses Bastos como Coordenador;
- (2008 - 2010): Chefe de Departamento de Antropologia da UFSC;
- (2008 - 2010): Membro da Comissão de Espaço Físico do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, responsável pelos projetos de expansão e distribuição de espaços nos novos blocos do Centro — D, E e F;



- (2008): Elaboração do Projeto do INCT Brasil Plural (em co-autoria com Sônia Maluf e Oscar Calavia Saez);
- (2008-2011): Vice-coordenador executivo do IBP, responsável pela implantação do INCT na UFSC e na UFAM);
- (2008-2010): Presidente da Comissão de Elaboração dos Projetos dos Cursos de Graduação em Museologia e Antropologia, e seu primeiro Coordenador;
- (2008-2010): Membro do Conselho Universitário da UFSC

Tenho guardada na memória uma certa impressão de que entre os anos de 2008 e 2010 eu ocupei todos os cargos que haviam para ser ocupados por alguém do Departamento de Antropologia ou do CFH. Não me lembro bem como e por onde isto teria começado, mas lembro que minha existência girou em torno da Universidade e do que parecia ter de ser feito naquele momento. Não foi exatamente desagradável a participação em vários destes cargos, mas é certo que isso me tirou todo o tempo disponível. Isto se reflete na produção e na orientação, represadas que foram por minhas próprias dificuldades e afazeres naquele momento: o *boom* de orientações concluídas só em 2013 se explica justamente por este fenômeno de represamento forçado. Logo após esta embriaguez de cargos, tarefas e funções, deixei a UFSC para o pós-doutorado em Paris, retomando atividades de maior satisfação intelectual.

## V - Homenagens, prêmios e honrarias

Destacaria os seguintes prêmios ou homenagens recebidos ao longo da carreira:

- Prêmio ABA/FORD - Sociedade e Ambiente '93, concedido após seleção de trabalho em concurso público anônimo, e entregue pelo saudoso Prof. Sílvio Coelho dos Santos
- Prêmio Melhor Tese de Doutorado 1996, concedido pela ANPOCS;
- Apontado como *Honorary Research Fellow* — Cargo Honorífico na University of St Andrews para o ano letivo de 2001-2002 (quando retornaria para a Escócia, o que acabou não se realizando dada a transferência para a UFSC)
- *Visiting Senior Professor* -University of Wisconsin, Fulbright (Programa Conjunto com a Capes), 2007
- Paraninfo duas vezes: 1995 no curso de Ciências Sociais da UFPR; 2017 nos Cursos de Ciências Sociais e Antropologia da UFSC)
- Professor homenageado duas vezes: 1991 na UFPR; 2008 na UFSC
- Menção Honrosa Orientador, Tese de Thiago Cardoso Mota, CAPES 2017

## VI - O que ainda não fiz (pontuado por aquilo que não quero fazer)

Por compromisso com o que recebi de meus professores, não posso me esquecer que qualquer boa antropologia é, em algum plano, uma tarefa comparativa. Neste sentido, não custa lembrar que na tradição anglo-saxã “Memorial” é o nome que se dá aos serviços fúne-

bres , às homenagens à “honra dos mortos”, tal como está bem averbado nos melhores dicionários da língua inglesa. Como espero que não seja este o caso e que tampouco se comece aqui uma nova tradição entre nós, permito-me tratar a seguir, de modo bem esquemático e indicativo, do que penso que ainda tenho a fazer e como vejo o momento atual da carreira, a minha, em particular — que é enfim está em questão aqui — , mas também da carreira acadêmica no Brasil atual.

Quando deixei a Escócia, em 2000, assinei um contrato com a *Berghahn Books* para a publicação de um livro, cujo título de trabalho era “*Creating moralities*” e que, a pretexto de reanalisar parte de minha etnografia, apresentava um mecanismo não individual, mas relacional, histórico e pragmático, de constituição de um regime de moralidade (a que eu chamava provisoriamente de “moralidade excêntrica”, justamente por operar “fora de um centro” individual), que me permitia compreender tanto algumas práticas peculiares dos Arara, mas dava também uma solução diferente a parte importante das polêmicas que definiram os principais debates na etnologia indígena dos anos 1990, hoje abandonados não por solução, mas por exaustão. De modo esquemático, neste manuscrito trato da busca de um nexos moral nas práticas sociais Arara, sem postular a tão famosa quanto controvertida ideia durkheimiana de uma “Sociedade” hipostasiada e além de todo e de cada um dos indivíduos, na figura famosa do “todo que é maior do que a soma de suas partes”. Jamais consegui terminar esse livro, levado por outras coisas da vida. Na França, entre 2011 e 2012 retomei meus argumentos e os apresentei em duas oportunidades, com resultado geral favorável, ainda que polêmico e controvertido, o que não me desagrada necessariamente. Quero voltar ao projeto, reescrevendo o manuscrito em português e, desta vez, somente ao final, decidir o destino a dar a ele. Este é um projeto mais solitário, que vou nutrindo nos ensimesmamentos periódicos a que me obrigo, e que contém o fundamental de uma “tese inédita” que eu apresentaria, se estivesse obrigado a ela. Estou, no entanto, preparado para defendê-la: está pronta... só faltaria escrevê-la.

Neste momento, em que gozo de outro afastamento de pós-doutorado, suspenso oficialmente para a apresentação e defesa deste Memorial, estou mais envolvido com um projeto em parceria, estreita e diletta, com Márcio Ferreira da Silva, meu “*elder Brother*” no grupo de colegas da formação no Museu Nacional, hoje Professor Titular na USP. É um projeto de retomada dos dados de parentesco e casamento entre os Arara — a que já me referi ante-

riormente. A partir de dados que consegui de colegas da Funai e do Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira (DSEI), atualizados até 2017, sobre nascimentos, casamentos e formas de residência de todos os subgrupos Arara, estamos analisando com o uso de recursos computacionais, nos quais Márcio Silva é um conhecido especialista, o que vem ocorrendo na rede matrimonial nativa desde que deixei a área (em 1994!). Além de confirmar, no geral, hipóteses e intuições já avançadas em trabalhos publicados, esta parceria tem nos permitido achados importantes sobre as relações entre o sistema de parentesco e o sistema ritual Arara, como repercussões de uma mesma estrutura abstrata, além de nos estimular reflexões muito interessantes sobre aspectos particulares da teoria estrutural do parentesco e da troca matrimonial que brevemente “lançaremos ao ar” (as reflexões, não a teoria da troca matrimonial, bem entendido!).

Nenhum desses projetos entretanto se alinha com qualquer tendência atual da antropologia que se vem praticando no Brasil de forma mais evidente e visível. Mas, encontra bom eco e repercussão além fronteiras (na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos há grupo de pesquisa sobre parentesco bastante ativos). São também dois projetos de “*slow scholarship*” — não funcionam se tocados à base de qualquer pressão para publicar segundo a lógica de resultados seriados numa linha de montagem. Os resultados vem em tempos diferentes do desta lógica: passamos, eu e Márcio, 4 meses preparando tabelas e mais tabelas apenas para tornar os dados passíveis de processamento computacional. Um tempo utilíssimo para a compreensão do que temos realmente nas mãos, o que é condição *sine qua non*, mas não implica em nenhum resultado palpável, que não sejam somente novas intuições e hipóteses a serem testadas adiante. Mesmo com uma população recenseada de pouco mais de 350 pessoas, algumas das descrições computacionais da rede matrimonial nativa (considerando por exemplo 3 gerações e 3 graus de lateralidade) produzem 2,76 GB de linhas de informação em formato \*.txt (o mais simples e econômico) ou 11,64 GB em formato de banco de dados (FileMaker ou MS-Access). Gasta-se um tempo para achar o que há nestes dados! Por outro lado, a cada nova análise que enfim conseguimos começar a fazer são os problemas teóricos que surgem a partir delas o que acaba nos interessando; e estes não se resolvem em artigos que relatam passos e achados efêmeros em pesquisas expressas, mas apenas pela maturação lenta de reflexões vagarosas e, sobretudo, prudentes. Hoje, isso parece caber mal na carreira.

Há em vigor uma mutação de sentido quanto ao que se espera da carreira. Não sou eu a dizer, mas a tal “nova razão do Mundo” (Laval e Dardot, 2016) trouxe a lhe corresponder um novo modelo de Sujeito, “empreendedor” e “produtivista” a tal ponto que chega a gerir-se a si mesmo pelos critérios empresariais e como realização de negócios comerciais, tudo com cálculos de custos e investimentos: o que se *ganha* ou se perde com este ou aquele fazer (como se todos fossem iguais objetos de uma escolha livre, sem obrigações morais ou funcionais envolvidas); quanto *vale* tal ou qual cargo, atividade ou publicação (formei-me acreditando que uma revista valia por aquilo que ela publicava, e não que uma publicação valesse pela revista na qual eventualmente aparecesse). O preço? um individualismo montante a corroer qualquer base de cooperação verdadeira ou sentido de existência institucional comum. Na vida acadêmica esta corrosão é ainda mais brutal e, conseqüentemente, mais danosa quanto ao funcionamento das instâncias coletivas da vida acadêmica, e ainda bem mais perversa à formação dos alunos e alunas, que seria o sentido primeiro da vida universitária.

E talvez seja a esta dupla tendência que eu deva atribuir a maré recente de expectativas frustradas: esta nova geração de gente inspirada no modelo do “Eu - Empreendimentos Limitados” , com seu contumaz descompromisso com a causa da verdadeira formação de alunos e alunas e com os ideais emancipatórios que a vida acadêmica prometia nos anos 80, produziu efeitos inesperados sobre a direção dos projetos políticos e institucionais nos quais participei com intensidade e gosto nos últimos anos, mesmo que alguns destes projetos estejam longe de ter unanimidade na área (como é o caso polêmico de uma graduação em Antropologia), e que por todos eles eu tenha pagado um bom bocado de desgaste e cansaço.

Alguns de minha geração, e eu me incluo, reputam mal o que vai acontecendo, mas com a confiança e expectativa de que o refluxo que já ocorre nas principais instituições e agências no resto do mundo não custe a chegar também por essas praias.

Pagando o devido tributo a um dos “pais fundadores” da disciplina que pratico, quero encerrar este Memorial lembrando uma passagem em que Malinowski, em suas famosas “Confissões de ignorância e fracasso”, aponta o dedo para o que teria sido sua maior falha

durante a longa permanência nas Ilhas Trobriand. Esta falha não teria relação com a sensação, comum a todo antropólogo que volta de campo e, ao se debruçar sobre seus diários e suas notas, começa a ter a impressão de não ter feito as principais perguntas sobre os acontecimentos mais importantes vividos durante a permanência em campo. Ao contrário, bem mais prosaica, a falha maior seria justamente o ter sido “seduzido pelo dramático, o excepcional e o sensacional e ter perdido muito dos fatos e acontecimentos que estavam corporificados em atividades cotidianas comuns” (Malinowski, 1965).

O apelo heroico ou as ilusões biográficas, como estratégias narrativas induzidas pelo gênero “memorial”, nos fazem também querer destacar, fazer sobressair, transformar em excepcional ou sensacional aquilo que só foi alcançado no cotidiano ordinário e muitas vezes desinteressante mesmo da vida universitária. É certo, porém, que aquilo que foi de fato feito (há redundância proposital aqui), só foi realizado a partir de condições efetivas para que fosse feito. E estas condições devemos sempre ao apoio de colegas, ao suporte institucional obtido, à colaboração de e com alguns: este é nosso cotidiano, ancorado em alguns parceiros, com quem trocamos as garantias mútuas destas condições para fazer. Gostaria que este Memorial fosse lido assim: o que há nele deve ser visto como produto do lado ordinário de nossas atividades acadêmicas cotidianas, pelas quais o que fizemos deve parcela de crédito ao menos igual àqueles que de fato deram as condições para que fizéssemos. Nada foi realmente mais do que isto para mim: o que fiz foi feito com os meios que me deram, inicialmente como formação, e depois com as condições do fazer dadas por alguns colegas no cotidiano institucional.

Contudo, e isto não é novidade, há também o esforço que fazemos, e as medidas que tomamos para que outros não dificultem, para evitar boicotes, blecautes, ataques vindos de posições impensáveis. A duras penas, aprendemos que a cada condição conseguida para fazer algo parece corresponder sempre uma (ao menos uma) iniciativa de impedir o “a-ser-feito”, vinda na direção exatamente contrária. Esta é talvez a primeira lei da metafísica acadêmica: para cada qual querendo fazer alguma coisa existirá sempre outro alguém que não quer que aquilo seja feito. E algumas vezes, infelizmente, é isto o que impera, e não conseguimos fazer ou, pior, o que fazemos acaba desfeito na primeira dobra do tempo. É este, porém o lado para o qual devemos cultivar a prática do esquecimento necessário, nos per-

mitindo assim apreender apenas o que realmente fizemos, separando os feitos do pano de fundo geral das coisas passadas, cheio de iniciativas não feitas, boicotadas, impedidas, desfeitas.

Mas há também uma lista sem-fim de coisas que não fizemos simplesmente porque não as fizemos. E é assim então que, ao fim e ao cabo, entre o desejo de fazer e o propriamente feito, o saldo maior fica sempre a crédito do irrealizado. Por isso, tenho que minhas tantas renúncias, minhas desistências e mudanças, mas também as decepções, as frustrações e o que, por razões variadas, eu fui impedido de fazer ou vi desfeito, são verdadeiramente as condições mesmas das realizações que foram possíveis e das retificações que me vi na contingência de fazer. Por isso, não há nada mais a dizer sobre toda a trajetória, senão admitir, repetindo o filósofo, que “*eu sou o limite de minhas ilusões perdidas*” (Bachelard, 2008a: 86).

Ilha de Santa Catarina, outubro de 2018

## Referências Citadas

(não inclui todas as referências à produção bibliográfica própria, que aparecem na Parte II deste Memorial)

ANPOCS *Livro dos nomes da anpocs*. São Paulo: ANPOCS, 2016

ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

BACHELARD, G. “Idealismo discursivo [1934-1935]”. In: \_\_\_\_\_. *Estudos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 77-86, 2008a

BACHELARD, G. “O mundo como capricho e miniatura [1933-1934]”. In: \_\_\_\_\_. *Estudos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 23-39, 2008b

BASSO, K. H. “‘to give up on words’: Silence in western apache culture”. In: Giglioli, P. P. *Language and social context: Selected readings*. Harmondsworth: Penguin, 67-86, 1987

BASSO, K. H. *Portraits of “the whiteman”: Linguistic play and cultural symbols among the western apache*. Cambridge [Eng.]; New York: Cambridge University Press, 1988

BASSO, K. H. “The ethnography of writing”. In: Baumann, R.; J. Sherzer. *Exploration in the ethnography of speaking: Studies in the social and cultural foundations of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 425 - 432, 1989

BASSO, K. H.; ANDERSON, N. “A western apache writing system: The symbols of silas john”. *Science*, 180. 4090, 1013-1022, 1973

BRASIL, B. B. C. *A história do quilombo que ajudou a erguer Brasília - e teme perder terras para condomínios de luxo - bbc news brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44570778>>. 2018, Acesso em: 26 Sep 2018

BORGES, J. L. “Funes, o memorioso”. In: \_\_\_\_\_. *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 119-128, 2001

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira”. *Anuário Antropológico*, 10. 1, 2018

CHAUÍ, M. “Amizade, recusa do servir”. In: La Boétie, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 173-239, 1982

CLASTRES, P. “Liberdade, mau encontro, inominável”. In: La Boétie, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 109-123, 1982



- CORREA, M. "An interview with roberto cardoso de oliveira". *Current Anthropology*, Vol. 32, No. 3. 335-343, 1991
- COUDREAU, H. *Viagem ao Xingu*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977
- CRAPANZANO, V. "Hermes' dilemma: The masking of subversion in ethnographic description". In: Clifford, J.; G. Marcus. *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 51-76, 1986
- DENEVAN, W. M.; SCHWERIN, K. H. "Adaptive strategies in karinya subsistence, venezuelan llanos". *Antropologica*, 50. 3-91, 1978
- DOS SANTOS, K. D. S. "À procura dos Arara": Transformações territoriais na transamazônica e o processo de contato do povo Arara". In: *Anais Vi Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*, 2014
- DOS SANTOS, K. D. S. *Eu não quero o lugar dos outros*. Dissertação de Mestrado, Programa De Pós-Graduação Em Recursos Naturais Da Amazônia, Universidade Federal Do Oeste Do Pará. 274 pp, 2017
- CERRADO, E. N. *Quilombo do mesquita - experiências no cerrado*. Disponível em: <<https://experienciasnocerrado.com.br/empreendimento/quilombo-do-mesquita/>>. 2018, Acesso em: 26 Sep 2018
- FAB. *Viajar pela fab*. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/perguntasfrequentes>>. 2018, Acesso em: 18 set. 2018
- FEDERAL, G. *Governo homologa terra indígena cachoeira seca*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/governo-homologa-terra-indigena-cachoeira-seca>>. 2016, Acesso em: 05/10/2018 13:12:30 2018
- INGOLD, T. "Becoming persons: Consciousness and sociality in human evolution". In: Moore, H. L.; T. Sanders. *Anthropology in theory : Issues in epistemology*. Malden, MA: Blackwell Pub., 180-192, 2006a
- INGOLD, T. "Rethinking the animate, re-animating thought". *Ethnos*, 71. 1, 9-20, 2006b
- INGOLD, T. "When ant meets spider: Social theory for arthropods". In: \_\_\_\_\_. *Material agency*. School of Social Science, University of Aberdeen: Springer US, 209-215, 2008
- INGOLD, T. "Da transmissão de representações à educação da atenção". *Educação*, 33. 1, 6-25, 2009

- ISA. *Após três décadas de luta, ti cachoeira seca do Iriri é homologada*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/apos-tres-decadas-de-luta-ti-cachoeira-seca-do-iriri-e-homologada>>. 2016, Acesso em: 05/10/2018 13:05:32 2018
- KOINONIA. *Curta-metragem resgata história da comunidade quilombola de mesquita*. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=12812>>. 2013, Acesso em: 26 Sep 2018
- LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982
- LAMPHERE, L. *To run after them : Cultural and social bases of cooperation in a navajo community*. Tucson: University of Arizona Press, 1989
- LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016
- LEFORT, C. “O nome de um”. In: La Boétie, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 125-171, 1982
- MAGALHÃES, S. M.; HERNANDEZ, F. “Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de belo monte”. Painel de especialistas. Organizado por Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Francisco del Moral Hernandez, celebrado em Belém, 2009
- MAGGIE, Y. A., Andrea M.; G. VILLAS BOAS *et al.* “Padrões de qualidade para avaliação dos cursos de graduação em ciências sociais”. In: SESu. *Coordenação das comissões de especialistas de ensino*. Brasília: MEC, 1997
- MALINOWSKI, B. “Confessions of ignorance and failure”. In: \_\_\_\_\_. *Coral gardens and their magic*, vol 1. 452-482, 1965
- MELATTI, J. C. *Página do melatti*. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/>>. 2018, Acesso em: 26 Sep 2018
- JUSTIÇA, M. D. *Governo homologa terra indígena cachoeira seca*. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/governo-homologa-terra-indigena-cachoeira-seca>>. 2016, Acesso em: 05/10/2018 13:07:43 2018
- NIMUENDAJU, C. “Mapa etnohistórico”. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987
- OLIVEIRA, J. P. D.; COHN, C. (eds.). *Belo monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014

- ORTIZ, A. *The tewa world: Space, time, being, and becoming in a pueblo society*. Chicago: University of Chicago Press, 1969
- OVERING, J.; ALLI, E. *Social time and social space in lowland southamerican societies - actes du xlii congress de americanistes, paris, 1976*. Paris: C.N.R.S.; Fondation Singer-Polignac, 1977
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1992
- RAMOS, A. R. "Ethnology brazilian style". *Cultural Anthropology*, 5. 4, 452-472, 1990
- RAMOS, A. R. "Do engajamento ao desprendimento". *Campos-Revista de Antropologia*, 8. 1, 2007
- RAMOS, A. R. "Da etnografia ao indigenismo: Uma trajetória antropológica". *Anuário Antropológico*, I, 43-56, 2010
- ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (eds.). *Woman, culture, and society*. Stanford, California: Stanford University Press, 1974
- SACKS, O. "Speak, memory". *New York Review of Books*, v. 60, n. 3, p. 2013
- SAHLINS, M. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990
- SAHLINS, M. "Historical metaphors and mythical realities". *Ann Arbor: University of Michigan Press*, 344. 1981
- SCHWERIN, K. H. "Arawak, carib, ge, tupi: Cultural adaptacion and culture history in the tropical forest, south america". *COMISION EDITORA*, 39, 1972
- SCHWERIN, K. H. "The anthropological antecedents: Caciques, cacicazgos and caciquismo". *The Caciques*, 5-17, 1973
- SCHWERIN, K. H. "The future of ethnohistory". *Ethnohistory*, 323-341, 1976
- SCHWERIN, K. H. "The kin-integration system among caribs". *Antropologica*, 59-62. 125-153, 1983
- SCHWERIN, K. H. "The indian populations of latin america". In: \_\_\_\_\_. *Latin america*. Routledge, 39-55, 2018
- TEIXEIRA-PINTO, M. "Os Arara". In: Santos, L. A. O.; L. M. M. de Andrade. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 153-157, 1988

- TEIXEIRA-PINTO, M. “Corpo, morte e sociedade: Um ensaio a partir da forma e da razão de se esquartejar um inimigo”. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 8. 21, 52-67, 1993a
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Relações de substância e classificação social: Alguns aspectos da organização social Arara”. *Anuário Antropológico*, 90. 169-204, 1993b
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Entre esposas e filhos: Poliginia e padrões de aliança entre os Arara (caribe)”. In: Viveiros de Castro, E. *Antropologia do parentesco: Estudos ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 229-264, 1995a
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Histórias de origem e relações ambíguas: Notas comparativas sobre um simulacro da questão étnica no Brasil”. In: Villas Bôas, G.; M. A. Gonçalves. *O Brasil na virada do século: O debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 192-213, 1995b
- TEIXEIRA-PINTO, M. *Etnicidade e mistério: As vias do ser negro em mesquita*. Diss, de Graduação, Dpto. de Ciências Sociais, Univ. de Brasília. pp, 1985
- TEIXEIRA-PINTO, M. *Formas verbais, ordem dos sintagmas e hierarquia semântica no Arara (karibe): Uma descrição preliminar*. Rio de Janeiro: Setor de Linguística do Museu Nacional, 1989a
- TEIXEIRA-PINTO, M. *Os Arara: Tempo, espaço e relações sociais em um povo karibe*. Rio de Janeiro, Diss. de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 286 pp, 1989b
- TEIXEIRA-PINTO, M. *Iepari : Sacrifício e vida social entre os índios Arara (caribe)*. São Paulo: Editora Hucitec : ANPOCS; Curitiba, PR : Editora UFPR, 1997
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Being alone amid others : Sorcery and morality among the Arara, carib, Brazil”. In: Whitehead, N. L.; R. Wright. *In darkness and secrecy : The anthropology of assault sorcery and witchcraft in Amazonia*. Durham & London: Duke University Press, 215 - 243, 2004a
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Entre uns e outros: Relação, diferença e transformação entre os Arara”. In: *Anais Fórum de Pesquisa “Transformações Indígenas”, XXIV Reunião da ABA*, Olinda, PE: 2004b
- TEIXEIRA-PINTO, M. “Incesto e rede matrimonial entre os Arara: Uma abordagem preliminar (karib, Brasil, Pará)”. In: *Anais 18th IUAES World Congress*, Florianópolis: ABA/ IUAES, 2018

TEIXEIRA-PINTO, M. História, dinâmica social e distribuição territorial: Sobre os índios Arara do Pará (relatório de pesquisa - port. Nº 428/pres/94 funai). Funai, 1994

TEIXEIRA-PINTO, M. “Une expression amazonienne de l’inceste : La forme transversale d’une interdiction”. *Cahiers d’anthropologie sociale*, 15: La peur de l’inceste. 111-126, 2017

WHITEHEAD, N. L.; WRIGHT, R. *In darkness and secrecy: The anthropology of assault sorcery and witchcraft in amazonia*. Durham & London: Duke University Press, 2004